CENTRO UNIVERSITÁRIO IMEPAC - ARAGUARI

CPA - Comissão Própria de Avaliação

PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

“CONHECER PARA MELHORAR”

Araguari, MG

CENTRO UNIVERSITÁRIO IMEPAC - ARAGUARI

Pró-Reitora de Ensino, Pesquisa e Extensão: Divânia Araújo Freitas

Diretor de Graduação e Pós-Graduação (Curso de Medicina): Dr. Marcelo Cardoso de Assis

Diretor de Graduação e Pós-Graduação (Outros Cursos): Roberto Felix Iasbik

MEMBROS DA CPA – COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO:

Membro da CPA	Nome	Cargo na CPA	Cargo Institucional/Ocupação
Representantes do Corpo Docente	Márcio Aurélio da Silva	Vice-Coordenador da CPA e Represente do Corpo Docente	Professor
	César Antônio de Oliveira	Representante do Corpo Docente	Professor
Representantes do Corpo Discente	Juliana Ozon Cunha	Representante do Corpo Discente	Discente
	Josiane Fabrice Ribeiro	Representante do Corpo Discente	Discente
Representantes do Corpo Técnico-Administrativo	Maria Luiza de Borba Alves	Coordenadora da CPA e Represente do Corpo Técnico-Administrativo	Coordenadora Pedagógica
	Andreia Borges Machado	Representante do Corpo Técnico-Administrativo	Técnico de Nível Superior
Representantes da sociedade civil organizada	Roberto Pedroso	Representante da Sociedade Civil Organizada	Juiz de Paz (não institucional)
	Sebastião dos Santos Totó	Representante da Sociedade Civil Organizada	Comerciante e Diretor da Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL de Araguari (não institucional)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 04
PARTE I - A INSTITUIÇÃO E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 05
1. DADOS INSTITUCIONAIS 05
1.1 Caracterização Institucional 05
1.2 Localização 07
2 SÍNTESE DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PDI 09
2.1 Missão 09
2.2 Visão 09
2.3 Valores 09
2.4 Objetivos Gerais 10
2.5 Objetivos Específicos 10
2.6 Objetivos, Metas e Ações Institucionais 11
PARTE II - PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 25
1 A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 25
1.1 Pressupostos Teóricos 25
1.2 Objetivos 28
1.3 Dimensões 29
1.4 Fundamentos Legais 30
1.5 Metodologia 32
2 DIRETRIZES OPERACIONAIS DA AUTOAVALIAÇÃO 36
2.1 Etapas da avaliação 36
2.1.1 Etapa de preparação 36
2.1.2 Etapa de desenvolvimento 36
2.1.3 Etapa de consolidação do processo, apropriação e programação de redirecionamento 37
3 DETALHAMENTO DA AVALIAÇÃO DAS DIMENSÕES 37
4 AVALIAÇÃO EXTERNA 52
5 UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS NAS AVALIAÇÕES 53
5.1 Divulgação e apropriação dos relatórios 54
5.2 Reorientação das ações institucionais 54
5.3 Meta-avaliação 54
6 CONCLUSÃO 56
7 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DA AUTOAVALIAÇÃO 57
7.1 ADAPTAÇÃO DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DA AUTOAVALIAÇÃO (COVID-!9). 59
8 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA 60

APRESENTAÇÃO

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Centro Universitário IMEPAC - Araguari, no cumprimento seus objetivos e em contínua inquietação em favor da qualidade do ensino, pesquisa, extensão, gestão e planejamento, ainda, dos demais serviços dedicados à comunidade, registra neste projeto as informações e procedimentos para a Avaliação Institucional a ser desenvolvida em 2015, 2016 e 2017, tendo como norte as diretrizes, normas e recomendações contidas no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Além disso, define um modelo de sistematização dos dados coletados. Este documento apresenta as linhas gerais de como o Centro Universitário IMEPAC - Araguari realizará este ciclo de Autoavaliação Institucional, tendo como entendimento alicerçante que a avaliação é um instrumento de natureza democrática e participativa.

O Projeto está estruturado em duas partes. A primeira parte trata da Instituição e do seu Planejamento Estratégico; a segunda, do Programa de Avaliação Institucional. O Programa abrange itens como:

- Avaliação Institucional: história, pressupostos teóricos, objetivos, dimensões, fundamentos legais e metodologia;
- diretrizes operacionais da Autoavaliação - etapas;
- perspectivas da avaliação;
- detalhamento da avaliação das dimensões;
- avaliação externa;
- utilização dos resultados obtidos nas avaliações;
- cronograma;
- conclusão.

A CPA espera cumprir o cronograma estipulado e desenvolver seu Programa de Avaliação Institucional de forma que ele se torne um recurso estratégico de apoio à gestão e realmente contribua para a melhoria da Instituição, por meio da efetivação de sua missão e Plano de Desenvolvimento Institucional.

PARTE I - A INSTITUIÇÃO E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

1 DADOS INSTITUCIONAIS

1.1 Caracterização da Instituição

O Centro Universitário IMEPAC - Araguari, instituição de ensino superior privada que é mantida pelo Instituto de Administração e Gestão Educacional Ltda., pessoa jurídica de direito privado, entidade com fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Araguari – estado de Minas Gerais.

O Centro Universitário IMEPAC - Araguari iniciou suas atividades, nesta cidade, no dia 24 de setembro de 2001, abrindo novas perspectivas para a educação e o desenvolvimento econômico e social do município e região. Hoje possui doze cursos em funcionamento: Administração, Ciências Contábeis, Direito, Educação Física, Enfermagem, Engenharia de Produção, Farmácia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Pedagogia e Sistemas de Informação.

A instalação oficial da FUPAC em Araguari foi concretizada após acordo com a FUNEC - Fundação Educacional e Cultural de Araguari que mantinha uma Faculdade com os cursos de História, Letras, Matemática, Pedagogia e Geografia, desde 1968. A direção da FUNEC, tendo cumprido sua missão, sentiu necessidade de dar maior dimensão ao ensino superior em Araguari, mas encontrava algumas dificuldades, o que a fez decidir pela incorporação à FUPAC. A Faculdade, naquele momento, foi credenciada como Campus da Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC, instituição multicampi vinculada ao Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais.

Após o processo de incorporação, que durou cerca de um ano, iniciou-se um amplo processo de crescimento e afirmação da FUPAC em Araguari. A Instituição, tendo como base análises mercadológicas, iniciou seu processo de expansão em Araguari. A partir de 2002 foram sendo criados os demais cursos: Administração, Ciências Contábeis, Enfermagem, Normal Superior, Educação Física, Tecnologia de Gestão de Varejo, Nutrição, Comunicação Social, Tecnologia em Gestão do Agronegócio, Direito, Medicina, Tecnologia em Gestão Pública e, por fim, em 2008, foi criado o curso de Farmácia, todos supervisionados e regulados pelo Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais.

Em setembro de 2008, por força de decisão do Supremo Tribunal Federal que declarou inconstitucionais alguns artigos da Constituição do Estado de Minas Gerais, todas as IES's mantidas pela Fundação Presidente Antônio Carlos (além de outras fundações educacionais

de Minas Gerais) passaram a integrar o Sistema Federal de Ensino. A partir de 2009, iniciaram-se os procedimentos para migração das IES's da FUPAC para o referido Sistema Federal.

Em 2011, a IES se constitui como Faculdade e recebe o nome de Faculdade Presidente Antônio Carlos de Araguari, mantida pela Fundação Presidente Antônio Carlos – FUPAC.

Em 2014, por meio da Portaria SERES 717/2014, o Instituto de Administração & Gestão Educacional Ltda. torna-se o mantenedor da Faculdade, que recebe novo nome, Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos – IMEPAC Araguari e depois, em 2019, se credencia como Centro Universitário IMEPAC - Araguari, da mesma forma mantendo seus propósitos de crescimento e continuidade, alicerçada nos preceitos de responsabilidade social e ambiental, aproximando-se cada vez mais da comunidade e promovendo a necessária aliança entre o ensino, a extensão e a investigação científica, contribuindo com o desenvolvimento social, cultural e econômico da cidade de Araguari e região.

O IMEPAC continua mantendo vários projetos e atividades de extensão como as escolas de educação infantil, os atendimentos médicos em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde e o SUS, a Central de Idiomas que oferece cursos de línguas com qualidade para a população de baixa renda, dentre tantos outros, que promovem esse estreitamento dos laços com a comunidade na busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

A Mantenedora

O Instituto de Administração e Gestão Educacional Ltda., com sede e foro na cidade de Araguari/MG, na Avenida Minas Gerais, 2.060, Centro, CEP 38.440-042, CNPJ n° 11.010.877/0001-80, é uma empresa criada em 03/08/2009, constituída por instrumento particular de contrato social de sociedade empresarial limitada, devidamente registrada na JUCEMG sob o n° 31208533040 e tem como objeto da sociedade a educação, ensino, cultura e assistência social nos seus níveis e modalidades tendo em vista, principalmente, a administração, gestão, criação, instalação e manutenção de ensino superior e outros níveis escolares, de acordo com a legislação aplicada em cada caso, podendo ainda dedicar-se a outras atividades culturais e treinamentos de qualquer grau, pesquisa, extensão e assessorias educacionais e assistenciais, promoção de atividades comunitárias, atuando diretamente ou através de contratos e convênios com terceiros.

Desde sua criação, em 2009, o instituto vem mantendo parcerias e programas com a finalidade de estreitar seus laços com o ensino superior, buscando o conhecimento necessário para atuar com responsabilidade, compromisso e dentro do que estabelece a legislação de

ensino, promovendo assim uma educação dentro dos altos padrões de qualidade que se espera de uma instituição de ensino superior.

Em 2014, após a tramitação de processo de transferência de mantença protocolado no sistema e-MEC sob o número 201408612, o Instituto de Administração & Gestão Educacional Ltda se credencia como mantenedora da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Araguari, que passa a se chamar Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos - IMEPAC, conforme Portaria SERES n° 717 de 27 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 28 de novembro de 2014 e Parecer n° 289/2014 – DIREG/SERES/MEC e em 2019 é recredenciada como Centro Universitário IMEPAC - Araguari, com nota máxima, conforme Portaria nº 1971, de 08/11/2019, publicada no DOU em 11/11/2019, pelo prazo de 5 anos, selando de vez o seu compromisso com a qualidade do ensino superior em nosso país.

A MANTIDA

Documentos que fundamentam o funcionamento do Centro Universitário IMEPAC - Araguari.

O Centro Universitário IMEPAC - Araguari rege-se, em suas ações e atividades, pelos preceitos constitucionais, pela legislação e normas específicas da educação em âmbito nacional. Assim, são de fundamental importância como instrumentos legais e normativos para as suas atividades administrativas e acadêmicas as seguintes orientações legais:

- Normas do Conselho Nacional de Educação – CNE, do Ministério da Educação - MEC e toda a legislação pertinente;
- Regimento Geral da Instituição.

Estrutura Organizacional

- Órgãos Colegiados: Comitê de Gestão e Colegiado(s) de Curso
- Órgãos Administrativos: Diretorias

1.2 Localização

O Centro Universitário IMEPAC - Araguari, como já se fez menção, localiza-se no Município de Araguari, na região do Triângulo Mineiro, Minas Gerais, na Avenida Minas Gerais, 1.889 - Centro.

Araguari está localizada a 558 km da capital mineira, na região do Triângulo Mineiro, de onde é a terceira maior cidade, contando com uma população de 109.801 habitantes (IBGE, Censo 2010).

Presume a história, que Anhanguera foi o primeiro desbravador da região araguarina quando, no século XVIII, se retirou de Sabará e empreendeu a exploração do Oeste, em demanda de Goiás. Nos primórdios do século XIX, o então Comissário de Sesmarias na região do Triângulo Mineiro, Antônio de Rezende Costa, vulgo "Major do Córrego Fundo", demarcou as sesmarias do Serrote, hoje Fundão, Pedra Preta, atual Cunhas e outras. Tomou posse do terreno situado entre as sesmarias, doando-o a Igreja, como patrimônio da freguesia instalada sob a invocação do Senhor Bom Jesus da Cana Verde do Brejo Alegre.

Em 3 de abril de 1840 criou-se a Paróquia do Senhor Bom Jesus da Cana Verde e em torno da capela os fazendeiros das imediações fundaram um povoado, ao qual deram o nome de Arraial da Ventania.

Em 1882 deu-se a criação do Município e da Vila, com a denominação de Brejo Alegre, depois Araguari. Este nome, segundo se afirma, deve-se a existência, na localidade, de grande profusão de uma espécie de pássaro denominado "araguari".

A partir de 1896, com a inauguração da Estrada de Ferro Mogiana e, em 1910, a de Goiás, a vida do Município tomou novo incremento e a cidade não parou de crescer e se desenvolver, sendo referência a vários outros pequenos municípios do entorno.

Com a implantação das ferrovias na cidade, houve a especialização da mão-de-obra nas áreas de mecânica e metalurgia. Também se desenvolveram as indústrias de refrigeração, criando uma tradição na montagem de frigoríficos e câmaras frias. Depois foram se desenvolvendo a agroindústria, a agropecuária, o parque cerâmico, as indústrias têxteis, o comércio e o transporte que, atualmente, fazem de Araguari um dos principais municípios do estado.

Hoje Araguari é um grande entreposto comercial, situando-se entre os mais importantes municípios do triângulo, com um Produto Interno Bruto na ordem de 1.777.527, dividido entre a Agropecuária (271.422), a Indústria (830.168), Serviços (942.834) e Impostos sobre Produtos Líquidos de subsídios (168.111) (http://www.ibge.gov.br/cidades, Acesso em 03/06/2013) e um IDHM-Renda de 0,737 e IDHM-Educação de 0,894 (http://www.pnud.org.br/atlas. Acesso em 03/06/2013).

Seu parque industrial é diversificado, centralizando suas operações em indústrias metalúrgicas (caldeiraria, refrigeração e fundição) e agroindústrias (frigoríficos, sucos, esmagamento de grãos) e uma usina de álcool em fase de implantação, infraestrutura de transporte para diversos tipos de carga, bem como diversas empresas de armazenamento (grãos, cargas secas e refrigeradas), destacando-se, também, as indústrias de vestuário, que empregam cerca de 5000 pessoas. A diversificação da agropecuária com ênfase para o café,

a soja, o tomate, hortaliças e frutas também sugerem investimentos lucrativos envolvendo esses produtos, bem como a bovinocultura e suinocultura com alto padrão de qualidade.

O município vem recebendo grandes investimentos em função de seu potencial logístico, um deles é a VALE/FCA que está construindo um superterminal de transbordo de cargas (já em fase final), que será o maior da Vale na América Latina, aumentando em muito o poder de escoamento de produção. Araguari oferece, ao mesmo tempo, uma moderna infraestrutura que inclui telecomunicações, água, esgoto, campo de pouso e mercado em expansão.

A cidade conta com 69 estabelecimentos de saúde, sendo 44 privados e 25 públicos, conta, também, com 52 escolas de Educação Infantil, 48 Escolas de Ensino Fundamental, 17 de Ensino Médio e 1 de Ensino Superior. Tem 5048 alunos matriculados no Ensino Médio e 14.547 no Ensino Fundamental (www.ibge.gov.br/cidades. Acesso em 03/06/2013), o que demonstra a demanda existente para o pleno funcionamento do Centro Universitário IMEPAC - Araguari no Município, contando também com vários pequenos municípios do entorno que têm, em Araguari, a oportunidade de cursar o Ensino Superior sem abandonar seus lares.

É, também, uma cidade comprometida com sua história e com seu patrimônio histórico e cultural, contando com um conselho do Patrimônio Histórico e com a Fundação Araguarina de Educação e Cultura. Vários prédios do município são tombados pela Divisão de Patrimônio Histórico, dentre eles o prédio onde funciona o IMEPAC.

2. SÍNTESE DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PDI

2.1 Missão

Atuar de forma inovadora e ética promovendo a formação integral do ser humano com vistas ao progresso da sociedade e respeito à diversidade.

2.2 Visão

Ser uma instituição de referência nacional consolidada no mercado, reconhecida pela qualidade de ensino e trabalho e por promover a inovação e o desenvolvimento educacional e social da comunidade.

2.3 Valores

I. Respeito às leis e princípios éticos nas relações e no tratamento de dados;
II. Responsabilidade social, respeitando a diversidade, a inclusão e a sustentabilidade;
III. Compromisso com a formação integral do aluno e o mundo do trabalho;

IV. Compromisso com a inovação, eficiência e meritocracia nas relações institucionais.

2.4 Objetivos Gerais

Ser uma instituição integrada à sociedade, reconhecida por seus valores e por preparar o cidadão para atuar de forma inovadora e ética promovendo a formação integral do ser humano com vistas ao progresso da sociedade e respeito à diversidade.

2.5 Objetivos Específicos

I. realizar a Missão, alcançar a visão e cumprir os objetivos estabelecidos no PDI, respeitando os valores institucionais;
II. ofertar ensino de qualidade reconhecida, preparando o aluno para atuar de forma inovadora e ética promovendo a formação integral do ser humano com vistas ao progresso da sociedade e respeito à diversidade;
III. ter a pesquisa e extensão como pilares da instituição, propiciando ao aluno a ampliação de sua visão de mundo e o desenvolvimento do seu espírito crítico e investigativo;
IV. manter uma relação de reciprocidade com a comunidade e as instituições locais e regionais, de forma a promover um intercâmbio de conhecimentos e a integração entre o ensino e o mundo do trabalho;
V. viabilizar processos de comunicação internos e externos eficazes;
VI. manter um corpo de colaboradores docente e técnico-administrativo capacitado, motivado e engajado na realização da missão, no alcance da visão e dos objetivos e metas institucionais;
VII. promover uma gestão empreendedora, participativa e responsável, que propicie o alcance da visão, o desenvolvimento da missão e o respeito aos valores da instituição;
VIII. garantir infraestrutura física laboratorial, de biblioteca, tecnológica, salas de aula e administrativa que atenda às necessidades dos cursos ofertados nas modalidades presencial e EaD;
IX. garantir a efetividade da Avaliação institucional como instrumento de gestão;
X. prestar o atendimento aos estudantes com qualidade, contribuindo para seu ingresso, permanência e sucesso no Ensino Superior; e

XI. assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da instituição para honrar seus compromissos, propiciar seu pleno desenvolvimento e a excelência nos seus serviços.

2.6 Objetivos, Metas e Ações Institucionais

Figura 01. Infográfico Objetivos, Metas e Ações PDI 2022-2026

Tabela 01. Objetivos, metas e ações do Eixo I – Planejamento e Avaliação Institucional (2022-2026)

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES
Objetivo 1: Garantir que a Avaliação Institucional seja um instrumento efetivo de gestão e de ação acadêmico-administrativa de melhoria institucional.	**Meta 1:** Alcançar 80% de participação da comunidade acadêmica na autoavaliação institucional garantindo, no mínimo, 70% de participação por curso.	1. Aprimorar o processo de sensibilização sobre a importância da participação, engajamento e apropriação nos processos de avaliação institucional, alcançando todos os envolvidos.
		2. Aprimorar as ferramentas digitais utilizadas para sistematizar os processos de aplicação, controle, acompanhamento (relatórios) e registro dos processos avaliativos da CPA.
		3. Elaborar (CPA em parceria com a CIN) e aplicar, semestralmente, um instrumento de avaliação específico para avaliar a experiência do aluno ao cursar Unidade Curricular dentro da Política de Internacionalização, tanto para os alunos enviados, quanto para os recebidos das instituições parceiras, com vistas a construir indicadores para a melhoria contínua da política.
		4. Estabelecer um cronograma para que as ações necessárias sejam executadas nos prazos pelos responsáveis setoriais envolvidos nos processos da CPA.
	Meta 2: Ter 100% dos gestores (Pró-Reitoria, diretores, coordenadores, gerentes e supervisores) utilizando os resultados da avaliação institucional na elaboração de suas estratégias setoriais (Relatórios de Autoavaliação, Relatórios de Avaliação Externa, Relatório ENADE).	1. Criar, implementar e acompanhar o processo de acompanhamento dos feedbacks e atualizações do plano de melhorias a partir dos resultados dos processos avaliativos, viabilizando o acompanhamento da CPA junto aos responsáveis setoriais.
		2. Manter a realização do encontro de Meta-Avaliação ao final de cada ciclo avaliativo (trienal), para retroalimentar o processo como um todo, promover a apropriação por parte dos sujeitos envolvidos e fomentar mudanças inovadoras.
		3. Manter os encontros anuais de Avaliação e Atualização do PDI, como estratégia para engajar os gestores no alcance das metas e na análise dos resultados da avaliação institucional.
		3. Definir, aplicar e acompanhar o processo com vistas a mensurar as ações planejadas pelos setores que sejam decorrentes dos resultados da Avaliação Institucional.

	Meta 3: Alcançar 100% da comunidade acadêmica com ações de sensibilização sobre a importância da Avaliação institucional como instrumento para a melhoria contínua da instituição.	1. Elaborar e desenvolver um plano estratégico de comunicação (parceria com o setor de Comunicação e Marketing), para a divulgação e sensibilização sobre o papel e importância da Avaliação Institucional, buscando o engajamento de todos nesse processo.
		2. Trabalhar em parceria com o setor de Comunicação e Marketing, gerando um fluxo de conteúdo para divulgação das melhorias decorrentes dos processos avaliativos, utilizando todas as ferramentas de comunicação interna e externa da instituição.
		3. Realizar encontros anuais com representantes dos segmentos da comunidade acadêmica para compartilhamento dos resultados da avaliação institucional, sensibilizando acerca do seu papel e de sua importância no aperfeiçoamento da instituição, visando a apropriação desses resultados por todos.

Tabela 02. Objetivos, metas e ações do Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional (2022-2026)

DIMENSÃO I - MISSÃO E PDI		
OBJETIVOS	**METAS**	**AÇÕES**
Objetivo 2: Realizar a Missão, alcançar a Visão e cumprir os objetivos e políticas estabelecidas no PDI, respeitando os valores institucionais		
		2. Elaborar, acompanhar e avaliar os planos de ação com foco na realização das ações e alcance dos objetivos e metas
		3. Cumprir as políticas estabelecidas no PDI com foco na realização da Missão, alcance da Visão institucional e dos objetivos e metas estabelecidas
		4. Realizar eventos para difusão do PDI para a comunidade acadêmica, promovendo o engajamento de todos no seu desenvolvimento
	Meta 5: Fazer um encontro anual com representantes de todos os setores para acompanhamento das ações desenvolvidas e avaliação/atualização permanente do PDI	1. Realizar campanhas de divulgação da Missão, Visão e Valores de forma a consolidá-los na comunidade interna e externa
		2. Fazer o acompanhamento/avaliação anual do alcance dos objetivos, metas e ações propostas, com vistas ao cumprimento do cronograma

		3. Compartilhar os resultados da avaliação interna e externa nos eventos, utilizando-os como insumos para atualização permanente do PDI
		4. Compartilhar os planos de ação de cada eixo/dimensão com todos os setores, para que todos se engajem na sua realização

DIMENSÃO III - RESPONSABILIDADE SOCIAL		
OBJETIVOS	**METAS**	**AÇÕES**
Objetivo 3: Promover atitudes e comportamentos comprometidos com a formação integral do ser humano com vistas ao progresso da sociedade e respeito à diversidade	**Meta 6:** Manter os 23 projetos de extensão junto à comunidade	1. Realizar ações para o fortalecimento da política de extensão universitária como vetor das ações de responsabilidade social da instituição
		2. Manter a política de extensão com foco nos 17 objetivos da Agenda Global para o desenvolvimento sustentável
		3. Fortalecer a aproximação da instituição com a comunidade por meio dos projetos e eventos de extensão
		4. Buscar parcerias com setores públicos e privados para impulsionar os projetos de extensão com foco na promoção do desenvolvimento sustentável da comunidade de Araguari e seu entorno (ODS 17)
	Meta 7: Realizar 100% dos objetivos propostos na Política de Desenvolvimento Sustentável.	1. Difundir e acompanhar o desenvolvimento da política de desenvolvimento sustentável de forma a promover um ambiente cada vez mais inclusivo para todos/todas na instituição.
		2. Fazer o relatório social da instituição anualmente, difundindo as ações e conhecimentos construídos tendo em vista o desenvolvimento sustentável
		3. Ampliar as ações afirmativas da instituição com foco no respeito às diferenças (deficiência, faixa geracional, étnico-racial, credo, gênero,

		nacionalidade e orientação sexual), direitos humanos e educação ambiental (ODS 5 e 10)
		4. Finalizar projeto do biodigestor para utilização de energia limpa nos prédios da instituição (ODS 7)
		5. Manter e buscar recursos tecnológicos, de acordo com a demanda, que promovam a acessibilidade comunicacional e pedagógica (ODS 10)
	Meta 8: Conceder 02 bolsas de estudo por curso/semestre para jovens em situação de vulnerabilidade econômica (exceto Medicina)	1. Dar continuidade ao programa "Chave" com oferta de 02 bolsas por curso/semestre para atender pessoas em vulnerabilidade econômica (ODS 1 e 4)
		2. Conceder bolsas para curso de Inglês ofertado pela Central de Idiomas do IMEPAC para pessoas em situação de vulnerabilidade econômica (ODS 4)
		3. Realizar eventos ressaltando o valor da educação e sua importância na melhoria da vida das pessoas para incentivar os estudos e divulgar o programa de bolsas (ODS 4)

Tabela 03. Objetivos, metas e ações do Eixo 3 – Políticas Acadêmicas (2022-2026)

DIMENSÃO II - ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO		
OBJETIVOS	**METAS**	**AÇÕES**
Objetivo 4: Ofertar ensino de forma inovadora e ética promovendo a formação integral do ser humano com vistas ao progresso da sociedade e respeito à diversidade.	**Meta 9:** Progredir nos conceitos ENADE, CPC e CC dos cursos, obtendo no mínimo o conceito 4, 5 e 5, respectivamente.	1. Implementar um Núcleo de Avaliação para os cursos noturnos, com vistas a aprimorar o processo de verificação do rendimento dos discentes.
		2. Desenvolver estratégias de articulação entre o e-LABORE (Núcleo de Inovação Pedagógica e Aperfeiçoamento Docente) e a EMEaD (Equipe Multidisciplinar EaD) com foco na qualificação do

		processo ensino-aprendizagem.
		3. Promover a atualização contínua dos projetos pedagógicos dos cursos, articulando-os com as demandas do mundo do trabalho e o desenvolvimento tecnológico
		4. Manter e aprimorar as ações de formação continuada docente.
		5. Aprimorar os processos relacionados à gestão do ciclo ENADE.
		6. Ampliar os cenários de simulação e buscar a utilização desta metodologia em mais cursos.
		7. Planejar e implementar práticas pedagógicas inovadoras em todos os cursos, avaliando periodicamente sua efetividade.
		8. Incorporar inteligência artificial (IA), machine learning e realidade virtual e aumentada (RV e RA) nas práticas pedagógicas e nas ferramentas de apoio ao ensino e aprendizagem.
		9. Desenvolver e implantar metodologias de verificação da aprendizagem que possibilitem a avaliação de competência, de acordo com o perfil profissional do egresso estabelecido no PPC.
		10. Fazer uma experiência com o curso de Pedagogia, viabilizando no formato de co-criação, a construção do plano de ensino-aprendizagem simultaneamente por docente e discentes, bem como a sua avaliação ao longo do desenvolvimento.
		11. Estabelecer parcerias com o HUSF para integrar as residências multiprofissionais e médicas ao ensino.
		12. Criar programas de pós-graduação articulados aos cursos, buscando viabilizar a continuidade da formação do estudante imediatamente após a conclusão da graduação.

		13. Estabelecer parcerias públicas e/ou privadas para viabilizar a oferta da pós-graduação.
	Meta 10: Alcançar 100% das respostas 5 e 6 na avaliação institucional nos indicadores de estágio supervisionado	1. Criar, aprimorar e implementar processos, técnicas e recursos para potencializar o Estágio Supervisionado com vistas à empregabilidade, trabalhabilidade e articulação com o mundo do trabalho.
		2. Implantar a gestão de estágios no Sistema de Gestão Acadêmica RM.
		3. Estabelecer e implementar uma Política institucional com foco no apoio ao aluno para o desenvolvimento de sua carreira profissional
		4. Articular os processos do RECAR com a CPA para aprimoramento dos indicadores de avaliação do estágio supervisionado.
		5. Aprimorar, informatizar e digitalizar os serviços de atendimento ao aluno no RECAR.
		6. Facilitar o acesso dos alunos às oportunidades de emprego e estágio, tornando o processo de divulgação e seleção mais ágil e objetivo.
	Meta 11: Garantir, semestralmente, a oferta de pelo menos dois editais em pelo menos um dos eixos de atuação da política de internacionalização.	1. Executar a política de internacionalização estrategicamente nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão.
		2. Ampliar os convênios de cooperação internacional em pelo menos três, anualmente.
		3. Garantir a participação de pelo menos dez alunos nos editais ofertados no eixo de atuação Virtual Exchange.
Objetivo 5: Fomentar a pesquisa como um dos pilares da instituição, propiciando aos docentes e discentes o desenvolvimento do espírito investigativo e inovador	**Meta 12:** Aumentar a produção científica do corpo docente de cada curso com vistas à obtenção do conceito 4 nesse indicador do instrumento de avaliação.	1. Fomentar a Revista Master por meio da indexação, internacionalização e aumento da publicação de artigos científicos;
		2. Promover atividades educacionais semestrais junto ao corpo docente para divulgação da pesquisa institucional, contando com o apoio do CEPEC e e-LABORE;
		3. Avaliar continuamente o desenvolvimento da pesquisa (TCC, PI etc.) e propor ações envolvendo o corpo docente e discente, envolvendo NDE, CPA,

		CEPEC;
		4. Manter a publicação científica como critério de progressão na carreira docente no IMEPAC, divulgando amplamente o Sistema de Cadastro para Progressão , com o apoio do NGP.
		5. Fomentar e divulgar iniciativas científicas para motivar a inserção docente e discente nas atividades de pesquisa, incentivando parcerias, inclusive internacionais, por meio da CEPEC e da CIN.
	Meta 13: Obter conceito 5 no indicador de *Políticas institucionais e ações acadêmico - administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural.*	1. Garantir o preenchimento de 100% das bolsas por área do PRO-IC anualmente, incentivando a publicação de artigos.
		2. Transformar os resultados dos projetos de extensão em trabalhos publicáveis em revistas científicas nacionais e internacionais;
		3. Criar e manter, pelo menos, 3 grupos de pesquisa Interdisciplinares, promovendo a integração entre os cursos ofertados pela instituição e parcerias nacionais e internacionais.
		4. Realizar ações para impulsionar a utilização da base de dados EBSCO e demais tecnologias e ferramentas disponibilizadas pela Biblioteca IMEPAC
		5. Fortalecer a Política de Pesquisa e os Programas Institucionais (PRO-IC, PRO-ITAC, PRO-DIPA e PRO-IPREC)
		6. Manter a realização do Congresso Científico, bem como de outros eventos de caráter científico, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural, incluindo a participação internacional;
		7. Buscar parcerias nacionais e internacionais para o desenvolvimento da pesquisa na instituição
		8. Buscar práticas inovadoras para qualificação da Política de Pesquisa, avaliando sua efetividade.
		9. Estabelecer parcerias com instituições de

		fomento em pesquisa (CNPq, FAPEMIG, etc)
Objetivo 6: Garantir de forma inovadora e responsável a execução da Política de Extensão como meio de integração da instituição com a comunidade, promovendo ações e projetos com foco na formação integral do ser humano, visando o progresso da sociedade e respeito à diversidade.	**Meta 14:** Manter o conceito 5 no indicador de Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão do instrumento de avaliação	1. Manter e fortalecer os 23 projetos e programas de extensão institucionais, viabilizando a curricularização da extensão em todos os cursos.
		2. Estabelecer e implementar indicadores de desempenho, resultado e impacto das atividades extensionistas junto aos discentes e comunidade.
		3. Implementar e acompanhar a curricularização da extensão nos PPCs, viabilizando a integração de docentes e discentes nos projetos/programas de extensão institucionais.
		4. Instituir formas de valorização dos alunos envolvidos voluntariamente em projetos/programas de extensão.
		5. Articular com o setor de Comunicação e Marketing para que haja uma difusão estratégica da política de extensão na comunidade interna e externa.
		6. Viabilizar a captação de recursos para o financiamento dos projetos/programas de extensão, seja através de fontes de financiamento alternativas, geração de receitas nos próprios projetos e/ou parcerias públicos/privadas.
		7. Realizar, no mínimo, 01 evento de extensão por curso por semestre.
		8. Manter apoio aos discentes para realização dos eventos e ações, como agente ativo do processo.
		9. Compartilhar agenda de eventos de extensão institucionais e convidar as universidades parceiras, fortalecendo a política de internacionalização
		10. Manter as existentes e instituir novas formas de valorização do docente envolvido em projetos/ações/programas de extensão.
		11. Integrar os projetos/programas de extensão à pesquisa e iniciação científica.

	Meta 15: Abrir turmas de pelo menos 06 cursos de extensão por semestre, contemplando as áreas dos cursos de graduação.	1. Aprimorar e ampliar as estratégias de divulgação dos cursos junto a comunidade interna e externa.
		2. Avaliar continuamente o catálogo de cursos de extensão, promovendo sua atualização, visando atender flexibilidade curricular, as demandas das transformações tecnológicas, da sociedade e do mundo do trabalho.
		3. Disponibilizar os cursos de extensão aos discentes das universidades parceiras, fortalecendo a política de internacionalização.
		4. Ofertar bolsas nos cursos de extensão para alunos e egressos, baseado em critérios objetivos, fortalecendo a política de acompanhamento de egressos e de valorização dos estudantes.

DIMENSÃO IV – COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE		
OBJETIVOS	**METAS**	**AÇÕES**
Objetivo 7: Garantir a efetividade da comunicação interna e externa como estratégia para a realização da missão, o alcance da visão e o engajamento da instituição com seus stakeholders	**Meta 16:** Ampliar em 50% o engajamento da comunidade interna e externa nos canais digitais da instituição	1. Fazer o planejamento estratégico dos canais digitais trimestralmente
		2. Aprimorar e ampliar as parcerias com os influencers, com vistas a alcançar maior engajamento
		3. Fazer campanhas estratégicas com o público interno e externo para gerar engajamento
		4. Elaborar um mini curso online sobre as redes sociais da instituição e a importância do engajamento de todos, para disponibilizar para colaboradores, atualizando-o periodicamente.
		5. Ampliar os anúncios digitais da instituição, envolvendo não só processo seletivo, mas também conteúdos diversos
		6. Gerar relatórios mensais dos canais digitais

		para acompanhamento contínuo do engajamento
		7. Realizar campanhas motivacionais para o acesso do e-mail institucional como canal de comunicação
		8. Planejar estrategicamente a divulgação de todos os projetos, cursos e ações de ensino, pesquisa e extensão nos canais digitais, por semestre.
	Meta 17: Fazer uma parceria de exclusividade com uma rádio e manter os contratos e eventos de comunicação externa já existentes: 2 jornais impressos; 3 canais de TV Web; 1 canal de TV aberta; 3 canais de rádio; e 1 evento periódico.	1. Manter e aprimorar o evento Prosa & Café como forma de divulgar as ações, produções e projetos da instituição;
		2. Utilizar de forma estratégica esses canais de comunicação contratados para divulgar os eventos, ações, produções e projetos da instituição, com foco no alcance da visão institucional
		3. Fazer semestralmente um planejamento estratégico para a divulgação institucional na rádio com parceria de exclusividade
	Meta 18: Alcançar 50% de respostas "ótimo" no indicador "Clareza, eficiência e adequação da comunicação interna e externa" da Autoavaliação Institucional pelos segmentos discente, docente e técnico-administrativo	1. Criar e implementar uma ferramenta para melhoria da comunicação interna
		2. Manter o Acontece IMEPAC como canal de comunicação entre colaboradores
		3. Realizar eventos periódicos com os colaboradores para divulgar campanhas, projetos e ações institucionais
		4. Realizar ações de sensibilização dos alunos sobre a importância de acessar os canais de comunicação institucionais
		5. Implementar uma boa comunicação visual na instituição

		6. Finalizar a implementação da secretaria digital viabilizando o atendimento ao aluno de forma mais eficaz
		7. Desenvolver um e-book institucional para disponibilizar aos colaboradores no ato das contratações visando informá-lo sobre a instituição, canais de comunicação, normas gerais, etc;
		8. Elaborar e implementar um protocolo para o colaborador contratado: tour na instituição, brinde de boas-vindas, período de ambientação, etc.
		9. Planejar estrategicamente a comunicação com os Alumins (Egressos), utilizando do Portal específico, Acontece IMEPAC e outros meios.

DIMENSÃO IX - ATENDIMENTO AO DISCENTE		
OBJETIVOS	**METAS**	**AÇÕES**
Objetivo 8: Acolher e atender o estudante de forma humanizada, atuando com ações diversificadas e assertivas com foco na sua permanência, engajamento, formação continuada e trabalhabilidade.	**Meta 19:** Reduzir a evasão semestral geral para 4,5%, equalizando a redução em cada curso	1. Manter e aprimorar as ações previstas nos programas, políticas e regulamentos institucionais de atendimento ao aluno: Programa de Acolhimento e Permanência, Nivelamento, PIC, Participação nos Órgãos Colegiados, Atendimento Psicopedagógico, acessibilidade, monitoria, apoio financeiro, acompanhamento de estágios, intercâmbios, organização estudantil, ouvidoria.
		2. Ampliar a atuação do RECAR na orientação e acompanhamentos dos estágios obrigatórios e não obrigatórios, desenvolvendo ações com foco no desenvolvimento da carreira e trabalhabilidade dos estudantes.
		3. Manter os recursos tecnológicos e profissionais especializados para promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas.
		4. Ofertar capacitações para docentes e pessoal administrativo com vistas à promoção da acessibilidade comunicacional, atitudinal e pedagógica.
		5. Fazer a divulgação estratégica dos serviços de atendimento ao discente (PIN, PIC, NAAE, NAAP, Ouvidoria, etc), com o apoio do setor de Comunicação e Marketing.

		6. Desenvolver e implementar estratégias para impulsionar a procura dos discentes pelos programas institucionais (PIN, PIC, Monitoria, Atendimento Psicopedagógico, Acessibilidade, Ouvidoria, Internacionalização, intermediação de estágios, etc.).
		7. Reestruturar o formulário do sistema de ouvidoria institucional com vista ao atendimento à LGPD.
		8. Dar publicidade anualmente aos indicadores de atendimentos da Ouvidoria, fortalecendo-a como canal de comunicação e resolutividade.
		9. Promover a articulação contínua da Ouvidoria com a CPA, otimizando o encaminhamento das demandas e apoiando no plano de melhorias a partir dos resultados da avaliação.
		10. Manter a adesão nos 02 programas governamentais de financiamento estudantil (FIES e PROUNI), nos financiamentos oferecidos por instituições financeiras conveniadas, os programas de descontos e buscar mais alternativas de financiamento.
		11. Divulgar estrategicamente os programas de financiamento estudantil governamentais e de instituições financeiras conveniadas.
	Meta 20: Aumentar em 30% o número de respondentes à pesquisa anual com os egressos	1. Impulsionar a política de egressos, com vistas ao alcance de seus objetivos.
		2. Realizar anualmente a pesquisa com egressos, avaliando as ações e a qualidade da formação recebida, buscando a melhoria contínua da instituição e dos cursos
		3. Buscar inovações e processos mais eficazes que contribuam com o alcance dos objetivos da política e, especialmente, com a manutenção do engajamento dos egressos com a instituição
		4. Realizar todas as ações previstas na política de egressos.

Tabela 04. Objetivos, Metas e ações do Eixo 4 – Políticas de Gestão

DIMENSÃO V – POLÍTICAS DE PESSOAL		
OBJETIVOS	**METAS**	**AÇÕES**
Objetivo 9: Manter um corpo de colaboradores docente, tutor e técnico-administrativo capacitado, motivado e	**Meta 21**: Alcançar 90% de respostas 5 e 6 no indicador de satisfação com as políticas de gestão de pessoas, no	1. Organizar capacitações diversificadas e periódicas que atendam as demandas apresentadas pelo administrativo e acadêmico;

engajado na realização da missão, no alcance da visão e dos objetivos e metas institucionais	instrumento de consulta ao corpo docente, tutor e técnico administrativos na autoavaliação institucional geral	2. Manter o incentivo para participação de colaboradores em cursos/seminários/congressos diversos, de acordo com as demandas de cada área;
		3. Prestar apoio ao e-LABORE na oferta de capacitação continuada para o corpo docente e de tutores;
		4. Viabilizar a oferta de cursos com foco na qualificação do corpo gerencial da instituição (diretores, gerentes, coordenadores, etc);
		5. Atualizar e aprimorar as políticas de gestão de pessoas, buscando a implementação de novos benefícios e ações
		6. Criar e implementar o Projeto de Captação e Retenção de Talentos
		7. Acompanhar a implementação do Plano de Cargos e Salários do corpo docente e técnico administrativo, com vistas à sua efetividade e qualidade
		8. Estabelecer uma campanha de comunicação com o corpo docente, visando sua sensibilização sobre a avaliação de desempenho para progressão no plano de carreira DOCENTE, com orientações e dicas para impulsionar sua produção e para manter atualizado a inserção dos comprovantes no sistema de gestão da avaliação;
		9. Avaliar a implementação e efetividade do projeto de Saúde Mental para os colaboradores técnico administrativos
		10. Elaborar, implementar e avaliar o projeto de saúde mental para o corpo docente
		11. Viabilizar a contratação de pessoas com deficiência e sua inclusão plena na instituição;
		12. Implementar a política de integração para novos colaboradores, sistematizando conhecimentos sobre as políticas, benefícios, normas gerais, código de conduta e estrutura organizacional da instituição.

		13. Elaborar e cumprir cronograma anual para os encontros de formação inicial para novos colaboradores, com a participação dos setores envolvidos, conforme disposto na política de integração.
Objetivo 10: Melhorar a estrutura de processos do Núcleo de Gestão de Pessoas, para garantir um bom atendimento aos colaboradores e segurança trabalhista para empresa	**Meta 22**: Alcançar 90% de respostas 5 e 6 no indicador de satisfação com o atendimento prestado pelo Núcleo de Gestão de Pessoas, no instrumento de consulta ao corpo docente, tutor e técnico administrativos na autoavaliação institucional geral	14. Identificar e mapear os processos mais relevantes e fazer a descrição detalhada das atividades do NGP, com a colaboração de todos os colaboradores do setor
		15. Implementar, acompanhar e avaliar a aplicação dos processos, visando a melhoria contínua do setor
	Meta 23: Zerar o custo com demandas trabalhistas de colaboradores administrativos e docentes	1. Elaborar e implementar um manual orientador de boas práticas de gestão de pessoas para o corpo diretivo, viabilizando adequar e uniformizar as ações, considerando a legislação trabalhista e as convenções coletivas de trabalho .
		2. Implementar e manter um sistema de compliance trabalhista com foco na transparência e observância estrita à legislação trabalhista e às convenções coletivas de trabalho
		3. Informatizar o sistema de marcação e concessão de férias coletivas e individuais, de forma que TODAS sejam feitas pelo sistema
		4. Implementar e manter uma dinâmica de conferência da regularidade de prestadores e terceirizados.
		5. Estruturar e implementar um programa de gestão de férias para que os gerentes / responsáveis de áreas possam fazer os agendamentos
		6. Aprimorar o tratamento do ponto para que os gerentes / responsáveis de áreas possam inserir as justificativas e acompanhar a jornada de trabalho do colaborador

DIMENSÃO VI – ORGANIZAÇÃO E GESTÃO		
OBJETIVOS	**METAS**	**AÇÕES**
Objetivo 11: Manter a organização da instituição como Centro Universitário, com uma gestão empreendedora, democrática e responsável, viabilizando o alcance da visão, a concretização da missão e o respeito aos valores institucionais.	**Meta 24**: Manter o conceito 5 no processo de recredenciamento da instituição	1. Organizar e protocolar o processo de recredenciamento do Centro Universitário em 2024
		2. Promover uma gestão institucional com foco no cumprimento dos indicadores de qualidade organizados nos cinco eixos do SINAES: planejamento e avaliação institucional; desenvolvimento institucional; políticas acadêmicas; políticas de gestão; e estrutura física.
		3. Viabilizar as condições adequadas e os recursos humanos e materiais necessários ao funcionamento dos cursos de graduação, pós-graduação e técnicos com qualidade reconhecida.
		4. Viabilizar os recursos necessários para a execução das políticas institucionais, em especial as políticas de ensino, pesquisa e extensão.
	Meta 25: Manter conceito 5 no eixo 4 - Políticas de Gestão no processo de recredenciamento institucional	1. Manter um corpo docente composto por, no mínimo, 80% de mestres e doutores .
		2. Viabilizar os recursos necessários para a execução da política de capacitação para docentes, tutores e técnico-administrativos
		3. Manter uma gestão democrática, assegurando a autonomia dos órgãos gestores e colegiados, com composição, mandatos e periodicidade de reuniões definidos no Regimento Geral
		4. Dar ampla divulgação das decisões dos órgãos colegiados e gestores, viabilizando a apropriação pela comunidade interna.
		5. Viabilizar as condições adequadas para a efetividade do sistema de produção do material didático com atenção para: equipe multidisciplinar; acessibilidade comunicacional; plano de

		atualização; e apoio para produção de material autoral pelo corpo docente
	Meta 26: Alcançar 90% de respostas 5 e 6 do corpo discente no indicador de qualidade do atendimento nos setores: secretaria, financeiro, biblioteca e NAAE.	1. Promover a atualização permanente, o acompanhamento e avaliação dos processos dos setores.
		2. Capacitar periodicamente os colaboradores dos setores de atendimento ao aluno, visando sua melhoria contínua
		3. Acompanhar periodicamente os resultados da avaliação institucional, implementando ações corretivas para os possíveis problemas apresentados.
		4. Utilizar os resultados da avaliação institucional como instrumentos de gestão, viabilizando a tomada de decisões de forma mais assertiva
		5. Manter os encontros de planejamento para avaliação dos resultados da avaliação institucional, atualização permanente do PDI e feedback das medidas decorrentes dos processos avaliativos;

DIMENSÃO VII – SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA		
OBJETIVOS	**METAS**	**AÇÕES**
Objetivo 12: Assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da instituição para honrar seus compromissos, buscando a otimização de suas despesas e a realização dos investimentos propostos com foco no seu pleno desenvolvimento e na excelência de seus serviços.	**Meta 27**: Reduzir a inadimplência média mensal para 9%	1. Acompanhar a inadimplência mensal por meio de relatórios gerenciais
		2. Estabelecer e implementar uma política de cobrança institucional, de forma a evitar o acúmulo de débitos dos alunos.
		3. Diversificar os meios de recebimento de mensalidades, viabilizando os pagamentos e atendendo às necessidades dos estudantes
		4. Manter uma política flexível nas negociações de

		débitos
	Meta 28: Assegurar a enturmação média dos cursos: Medicina em 60 alunos/turma; Direito em 45/turma e os outros cursos noturnos em 25 alunos/turma	1. Articular o setor financeiro com o Marketing integrando uma agenda comercial estratégica, de forma a impulsionar a captação de alunos por meio de vestibular, transferência e obtenção de novo título.
		2. Articular as ações do setor financeiro com as do Núcleo de Acolhimento e Apoio ao Estudante – NAAE, com vistas a uma boa gestão da permanência dos estudantes, evitando a evasão.
		3. Desenvolver campanhas diversificadas de negociação de débitos pendentes, viabilizando a rematrícula
		4. Utilizar o sistema CRM como ferramenta de apoio à gestão da permanência, estabelecendo réguas que viabilizem um trabalho preventivo da evasão.
	Meta 29: Aumentar a receita líquida anual em 5%	6. Ampliar meios de pagamentos para serviços, integrando com portal educacional.
		7. Manter e ampliar as fontes alternativas de receita
		8. Realizar ações de sensibilização sobre consumo consciente de materiais, equipamentos, envolvendo todos colaboradores.
		9. Realizar ações estratégicas com foco na redução da inadimplência anual
		10. Promover, em articulação com o Núcleo de Gestão de Pessoal, uma gestão responsável dos colaboradores, otimizando os investimentos com Folha de Pagamentos;
		11. Implementar os novos cursos de graduação e pós graduação previstos neste PDI

Tabela 05. Objetivos, metas e ações do Eixo 5 – Estrutura Física (2022-2026)

DIMENSÃO VII - INFRAESTRUTURA		
OBJETIVOS	**METAS**	**AÇÕES**
Objetivo 13: Garantir infraestrutura tecnológica no âmbito acadêmico e administrativo que atenda às necessidades dos cursos e serviços ofertados na instituição.	**Meta 30:** Alcançar 90% de respostas 5 e 6 dos alunos na autoavaliação institucional, no indicador de qualidade dos laboratórios de informática fixos e móveis.	1. Adquirir 60 notebooks para atualização/ampliação dos laboratórios móveis
		1. Adquirir 30 chromebooks para compor novo laboratório móvel
		2. Adquirir 30 computadores para reposição de equipamentos dos laboratório de informática fixos
		3. 4. Adquirir 30 HDs SSDs e 30 Memórias RAM de 8GB para melhorar a performance dos computadores dos laboratórios de informática fixos acompanhando a evolução dos softwares e sistemas operacionais.
		5. 5. Renovar bancadas e cadeiras dos laboratórios de informática, visando maior conforto dos usuários
		6. 6. Avaliar e promover melhorias periódicas nos laboratórios de informática, buscando recursos inovadores e promoção da acessibilidade
		7. 7. Avaliar e promover melhorias periódicas no Plano de Expansão e Atualização de Equipamentos, com metas objetivas e mensuráveis e indicadores de desempenho, com vistas a promover ações de correção do plano
		8. 8. Avaliar e manter atualizadas as normas de funcionamento e segurança dos laboratórios visando a melhoria contínua dos serviços prestados com foco nos resultados da autoavaliação institucional
	Meta 31: Alcançar 80% de respostas 5 e 6 no indicador de qualidade da internet, avaliado pelos docentes, discentes e técnico administrativos na autoavaliação institucional	1. Adquirir nova solução Wireless para Centro de Simulação, Centro Ambulatorial, Laboratórios de Fisiologia do Exercício e Clínica Veterinária
		2. Remanejar todos os pontos de acesso Wireless Ruckus para o campus Sede a fim de ampliar a qualidade e distribuição de sinal wireless na instituição.

		3. Manter as salas de aula com, além do wireless, acesso à internet cabeada viabilizando a transmissão de aulas via streaming
		4. Estabelecer e aplicar rotina de avaliação da qualidade da internet wireless e por cabo, buscando sua melhoria contínua
		5. Instalar infraestrutura de rede ethernet em todas as salas de aula
		6. Aprimorar e manter atualizado o plano de contingência, redundância e expansão da infraestrutura tecnológica, de execução e suporte
	Meta 32: Alcançar 90% de respostas 5 e 6 no indicador de qualidade do ambiente virtual de aprendizagem, avaliado pelos docentes e discentes na autoavaliação institucional.	1. Aprimorar continuamente as integrações dos sistemas.
		2. Viabilizar capacitações semestrais sobre o funcionamento e uso do ambiente virtual de aprendizagem para calouros e novos docentes
		3. Manter e buscar a atualização contínua dos recursos de tecnologia da informação e comunicação necessários ao desenvolvimento com excelência das ações acadêmico-administrativas, garantindo a acessibilidade pedagógica e comunicacional, a interação entre os membros da comunidade acadêmica e a inovação.
		4. Manter o Google For Education e todas as suas ferramentas, com assinaturas para docentes
	Meta 33: Alcançar 90% de respostas 5 e 6 no indicador de qualidade do Sistema de Controle e Registro Acadêmico, avaliado pelos discentes na autoavaliação institucional	1. Implementar o protocolo online no Portal Educacional, viabilizando pagamentos digitais para taxas, solicitação e envio de documentos assinados digitalmente.
		2. Acompanhar e avaliar continuamente a emissão do diploma digital, buscando a melhoria contínua da tecnologia utilizada para essa finalidade
		3. Promover melhorias no processo de digitalização do acervo
Objetivo 14: Disponibilizar uma biblioteca que além de oferecer infraestrutura adequada para	**Meta 34:** Manter os serviços e um acervo em qualidade e quantidade que viabilize obter	1. Manter assinatura de biblioteca virtual e base de dados de periódicos

estudo e pesquisa, possibilite também o acesso à cultura, descanso e entretenimento, contando com acervo adequado e recursos de tecnologia da informação e comunicação capazes de atender aos usuários em suas demandas de forma acessível, ágil e com possibilidade de recuperação das informações.	conceito 5 no indicador da bibliografia básica e complementar na avaliação externa, considerando o instrumento de avaliação MEC/INEP	2. Manter e ampliar, de acordo com a demanda, os recursos de acessibilidade, para o atendimento com qualidade das pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais
		3. Manter e ampliar, conforme demanda, os mobiliários para guarda e manutenção do acervo
		4. Manter os 18 terminais de acesso para pesquisa, um computador para consulta ao acervo e um computador equipado com Dosvox e Aladdin Voice para acessibilidade
		5. Manter e aprimorar as salas de estudos individual e em grupo
		6. Manter e aprimorar a sala de Descompressão/Relaxamento com recursos de literatura, vídeo e jogos.
		7. Fazer agenda semestral com datas comemorativas, promovendo atividades culturais e de entretenimento
		8. Realizar eventos culturais semestrais na biblioteca em articulação com o CEPEC, pelo projeto “Cultura em Foco”
		9. Realizar encontros com os alunos ingressantes para orientação sobre os serviços da biblioteca
		10. Estabelecer, em parceria com o setor de comunicação e marketing, uma comunicação assertiva e estratégica com os docentes informando sobre novas aquisições, estimulando a utilização do acervo virtual, dos periódicos e do espaço da biblioteca para atividades diversas das suas unidades curriculares
		11. Estabelecer, em parceria com o setor de comunicação e marketing, uma comunicação assertiva e estratégica com os alunos informando sobre novas aquisições, sobre os recursos de acessibilidade, os espaços para estudo e entretenimento, os eventos culturais e estimulando a utilização do acervo virtual e físico, a pesquisa na base de periódicos, etc.
	Meta 35: Reduzir em, pelo	1. Melhorar a infraestrutura da recepção da biblioteca de forma que seja possível ter um melhor controle da

	menos, 50% a quantidade de livros não encontrados após os inventários anuais	entrada e saída de usuários
		2. Implementar maior segurança nas áreas da biblioteca, especialmente nas rotas alternativas de saída, de forma a evitar extravio de obras por esses canais
Objetivo 15: Garantir uma infraestrutura física com segurança, comodidade e acessibilidade à comunidade acadêmica, viabilizando os serviços educacionais ofertados pelo IMEPAC com vistas ao alcance de sua visão e realização de sua missão.	**Meta 36:** Alcançar conceito 5 nos indicadores: sala Coletiva de professores; espaço de trabalho para o coordenador; e espaço de trabalho para docentes em tempo integral, nas avaliações de curso realizadas pelo MEC/INEP, conforme os instrumentos de avaliação.	1. Manter e promover melhorias contínuas na sala de professores de forma a viabilizar o trabalho docente, com os recursos de tecnologia da informação e comunicação necessários e espaço para guarda de materiais, viabilizando também o descanso, lazer e integração.
		2. Realizar melhorias na sala de professores em tempo integral, visando a privacidade para uso dos recursos e para o atendimento a discentes e orientandos, bem como a guarda de materiais com segurança.
		3. Realizar melhorias na sala de Coordenadores do prédio 1, visando viabilizar maior privacidade para atendimento aos alunos na sala de reuniões.
		4. Finalizar as obras de melhorias nos espaços: Sala da Coordenação de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura – CEPEC; sala de coordenação do curso de Medicina; sala do NDE de Medicina; sala do RECAR e sala de coordenação do TCC.
	Meta 37: Manter conceito 5 no indicador de instalações sanitárias do instrumento de avaliação institucional do MEC/INEP.	1. Manter, avaliar e buscar a melhoria contínua das instalações sanitárias;
		2. Manter as condições adequadas de limpeza, segurança, acessibilidade, fraldário e uso familiar nas instalações sanitárias
		3. Promover a avaliação periódica das instalações sanitárias, conforme plano de gerenciamento da manutenção patrimonial (normas consolidadas e institucionalizadas)
	Meta 38. Manter o conceito 5 no indicador de auditório do instrumento de avaliação institucional do MEC/INEP	1. Manter as condições de acessibilidade, conforto, isolamento, qualidade acústica da capela, do anfiteatro do prédio I e do Centro ambulatorial.
		2. Manter o recurso multimídia com internet e equipamento de videoconferência no anfiteatro do prédio I.

	Meta 39. Alcançar 90% de respostas 5 e 6 do corpo discente no indicador de qualidade das salas de aula na autoavaliação institucional	1. Manter as salas de aula em condições adequadas para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, com acessibilidade, segurança, conforme e climatização.
		2. Promover manutenção periódica das salas de aula, conforme plano de gerenciamento da manutenção patrimonial.
		3. Manter, aprimorar e ampliar os recursos tecnológicos das salas de aula.
	Meta 40. Alcançar 90% de respostas 5 e 6 do corpo administrativo no indicador de qualidade do ambiente de trabalho na autoavaliação institucional	1. Manter infraestrutura adequada às atividades administrativas, considerando a guarda, manutenção e disponibilização de documentos acadêmicos, a ergonomia, a climatização e a acessibilidade.
		2. Construir um espaço físico adequado às demandas do almoxarifado.
		3. Promover a manutenção periódica das instalações administrativas, conforme plano de gerenciamento da manutenção patrimonial
	Meta 41. Alcançar conceito 5 no indicador de espaços de convivência e de alimentação do instrumento de avaliação institucional MEC/INEP	1. Manter espaços de convivência e alimentação em condições adequadas de acessibilidade, conforto com vistas à integração da comunidade acadêmica.
		2. Incluir no instrumento de autoavaliação institucional indicador de avaliação dos espaços de convivência e alimentação com o apoio da CPA
		3. Manter e ampliar a variedade de serviços ofertados à comunidade acadêmica nos espaços de convivência e alimentação, com preços justos, bom atendimento e qualidade
	Meta 42. Alcançar 90% de respostas 5 e 6 do corpo discente no indicador de qualidade dos laboratórios específicos do curso na autoavaliação institucional	1. Promover a reforma do Ginásio, incluindo a aquisição de materiais diversos para as práticas do curso de Educação Física e para o lazer do corpo discente.
		2. Manter e promover melhorias e atualizações contínuas nos laboratórios didáticos e espaços diversos para atividades práticas.

		3. Aquisição de equipamentos para criação de sala móvel para atividades de Júri Simulado.
		4. Criar uma área de apoio aos alunos na Fazenda Escola, com sanitários, bebedouros e escaninhos.
		5. Ampliar o espaço físico do Ambulatório para atender a população e para a prática profissional dos alunos.
		6. Atuar em parceria com a secretaria municipal de saúde, visando a melhoria da estrutura física dos espaços utilizados para práticas: UPA, Policlínica e UBSFs
		7. Construir um espaço específico na Fazenda Escola para as atividades práticas do curso de Agronomia.
		8. Construir o laboratório físico de Materiais de Construção e Técnicas Construtivas para aulas práticas do curso de Eng. Civil.
		9. Realizar ampliação dos espaços da Fazenda Escola para aprimoramento das práticas do curso de Medicina Veterinária.
		10. Fazer adequações no antigo Laboratório de técnica dietética para transformá-lo em uma mini fábrica de laticínios para práticas da Medicina Veterinária

PARTE II - PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

1. A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Nesta segunda parte do projeto, será apresentado o Programa de Avaliação Institucional e traçadas as linhas mestras de execução da Autoavaliação segundo as diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

1.1 Pressupostos teóricos

O presente projeto diz respeito a um momento especial da Educação Brasileira, para o qual a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, e a legislação complementar estabelecem que a autorização, o reconhecimento dos cursos e a extensão da autonomia universitária decorrerão dos resultados que comprovem alta qualificação da IES garantida na Autoavaliação Institucional e nas avaliações realizadas pelo Poder Público.

Observa-se, inicialmente, que o conceito de avaliação evoluiu com o tempo, passando esta, a ser entendida como um processo inerente a qualquer atividade humana. A partir dela, obtêm-se as informações que permitem conhecer, orientar, melhorar ou transformar os aspectos avaliados.

Nas duas últimas décadas, o termo, que antes era exclusivo do meio educacional, foi incorporado às gestões administrativas, com a implantação dos programas de Qualidade Total, como um insumo no processo de planejamento da Instituição. Avalia-se para corrigir rumos e melhorar a qualidade.

A educação superior registrou uma alta taxa de crescimento a partir dos anos noventa, tendo aumentado consideravelmente na última década. Isso veio a exigir das Instituições de Ensino Superior (IES) a busca da qualidade em seus serviços, que necessariamente será uma decorrência da Autoavaliação realizada com fidedignidade e constância.

Já em 1998, a UNESCO publicou um documento intitulado Declaração Mundial sobre Educação Superior no século XXI, que definiu qualidade em educação superior como: conceito multidimensional que deve envolver todas as funções e atividades.

De acordo com as premissas anteriores, a Avaliação Institucional passa a ser vital para sobrevivência das instituições, especialmente as de Ensino Superior e para as organizações se modernizarem e obterem uma melhoria contínua. A partir dela, obtêm-se as informações que permitem conhecer, orientar, melhorar ou transformar os aspectos avaliados.

A prática da Avaliação Institucional está sendo adotada nas IES em função de exigências legais e demandas, tendo em vista a autonomia em que se movem e a competitividade que as impulsiona.

Dessa forma, o tema Avaliação Institucional assumiu papel central no processo de gestão das Instituições de Ensino Superior. Com essa prática e com essa visão, as IES brasileiras buscam alcançar a excelência acadêmica e a melhoria da qualidade de seus diferentes processos de gestão. Assim, como já foi enfatizado, a Avaliação Institucional constitui prática essencial da gestão das IES uma vez que permite a melhoria dos processos

organizacionais. A busca pela qualidade nas IES brasileiras pressupõe um compromisso de auto-renovação permanente.

Esse compromisso, por sua vez, exige a incorporação, por parte das instituições, de uma prática avaliativa como atividade constante e integradora dos processos administrativos e pedagógicos. Assim, é importante que um exame explícito, sistemático e participativo dos resultados obtidos em cada etapa avaliativa passe a apoiar um programa global de avaliação da Instituição. Esse programa, por sua vez, deve orientar-se no sentido da excelência acadêmica e do aperfeiçoamento institucional, tendo como pressuposto a melhoria contínua. Conforme Juliatto (1991, p. 132), "a instituição que se autoavalia irá criar mecanismos explícitos e adaptados à suas condições para verificar o grau de efetividade no alcance dos seus propósitos". Dessa forma, a avaliação promove a discussão interna em torno dos temas relevantes para a gestão. Para tanto, a organização utiliza informações mais precisas, o que permite concretizar uma prática institucional orientada pela unidade de sua missão e de seus objetivos.

Por tudo o que foi dito, percebe-se a avaliação se torna uma diretriz para as ações acadêmicas e administrativas das instituições de ensino superior e, a partir de 2004, tem por parâmetro a proposta governamental estabelecida pelo SINAES.

O SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior foi criado e transformado em Lei 10.861, de 14 de abril de 2004 e tem como finalidade *"analisar, oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para a reformulação dos processos e políticas de avaliação da Educação Superior e elaborar a revisão crítica dos seus instrumentos, metodologias e critérios utilizados"* (Diretrizes para a Avaliação do Ensino Superior, MEC2004).

Neste sentido, de acordo com as novas diretrizes, três modalidades de instrumentos de avaliação, aplicadas em diferentes momentos, compõem o SINAES:

(1) *Avaliação das Instituições de Educação Superior* – é o centro de referência e articulação do sistema de avaliação que se desenvolve em duas etapas principais:

(a) Autoavaliação – coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada IES, a partir de 1° de setembro de 2004;

(b) avaliação externa – realizada por comissões designadas pelo INEP, segundo diretrizes estabelecidas pela CONAES.

(2) *Avaliação dos Cursos de Graduação* – avalia os cursos de graduação por meio de instrumentos e procedimentos que incluem visitas *in loco* de comissões externas. A

periodicidade desta avaliação depende diretamente do processo de reconhecimento e renovação de reconhecimento a que os cursos estão sujeitos.

(3) *Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE*) – aplica-se aos estudantes concluintes do curso, estando prevista a utilização de procedimentos amostrais. A partir de 2009, todos os alunos estão sujeitos ao ENADE dos cursos avaliados, ainda de três em três anos. Anualmente o Ministro da Educação, com base em indicação da CONAES, define as áreas que participarão do ENADE".

O que se espera de uma Instituição de Ensino Superior é que ela vá além da reprodução cultural. A própria internacionalização da educação requer que a IES prepare os seus alunos como profissionais competentes e cidadãos capazes de transformar a realidade com vistas ao bem comum.

Sem tudo isso, uma instituição tende a ser um mero aglomerado de pessoas agindo em direções variadas em função de interesses ou definições pessoais, e em geral, divergentes, de caprichos ou emergências ocasionais, de disposições emocionais do momento ou por situações de desenvolvimento pessoal, tomados como critérios para decidir o que precisa ou deve ser feito como tarefa típica – e definidora! – da instituição. (Botomé 1996, p. 27)

Vários autores se preocupam em estudar o fenômeno avaliativo sob diversos ângulos, e enfatizam a necessidade de encará-lo com seriedade e fundamentá-lo cientificamente. A literatura apresenta diversos conceitos que apontam tipos e funções de avaliação. Todos eles reconhecem seus múltiplos papéis na tomada de decisões educacionais.

Os modelos de avaliação se voltam para pontos importantes que são orientadores da tomada de decisões, já que visam detectar as necessidades que serão processadas no planejamento de uma instituição ou de sistemas de ensino. Assim pensa também Dias Sobrinho (2000):

[...] a Avaliação Institucional é um campo de disputas que ultrapassam as questões mais aparentes e formais da organização e do gerenciamento das instituições educativas. É um campo de lutas em que estão em jogo questões de fundo, pois se reconhece, ainda que nem sempre se declare a força da Avaliação Institucional como ação de grande impacto da universidade. [...].

Estas considerações implicam a necessidade de intervenção sobre a natureza e os fins da universidade, sobre seu papel no desenvolvimento de uma determinada sociedade, sua interferência crítica ou sua participação cooperativa na consolidação de tendências de âmbitos globais. [...].

Enfim, avaliar a qualidade de uma instituição é medir sua efetividade e a vinculação entre seus objetivos e seus resultados. É julgar seu valor considerando tratar-se de uma instituição de ensino superior que promove continuamente uma análise dos seus processos.

A prática da Autoavaliação Institucional é um processo permanente de construção de uma cultura de avaliação e de sua disseminação na comunidade interna, que compromete todos os atores a consolidá-la. Desta forma, assume caráter formativo, pelo aperfeiçoamento tanto das pessoas quanto da instituição num processo de reflexão e autoconsciência institucional.

1.2 Objetivos

O Programa de Avaliação Institucional do Centro Universitário IMEPAC objetiva manter os diferentes setores de trabalho informados sobre seus aspectos de excelência, deficiência e carência, de tal forma que sejam tomadas decisões administrativas que gerem ações necessárias para promover correções dos desvios e carências e/ou manter e animar o que se mostrou como de excelência, com vistas a rever e aperfeiçoar o seu Projeto Institucional. Como exigência institucional, e também da comunidade acadêmica, deve-se cuidar para que a avaliação institucional seja sempre:

I. Um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico;
II. Uma ferramenta e um conjunto de diretrizes para o planejamento e a gestão universitária;
III. Um processo constante de prestação de contas de todos para com todos.

Essas diretrizes, mais abrangentes, são desdobradas nas seguintes perspectivas de resultados:

I. Avaliar todos os segmentos internos para a atualização dos projetos pedagógicos, projetos administrativos e de apoio logístico;
II. estimular a criatividade e provocar o encorajamento dos membros das comunidades acadêmica e administrativa para o surgimento de novas possibilidades, para a solução de problemas estruturais e funcionais;
III. identificar manifestações de desacerto entre as instâncias acadêmicas e administrativas;
IV. apontar relações do IMEPAC para com a sociedade, no que se refere às necessidades, possibilidades e potencialidades para ações recíprocas;

V. avaliar planejamentos e programas pedagógicos e administrativos, visando a sua adequação ao contexto histórico, social e político;

VI. diagnosticar a adequação da clientela no contexto da sociedade onde ela se insere e dos cursos de Graduação;

VII. pesquisar e indicar as áreas de excelência sobre as quais prevalecerão os cursos de Pós-Graduação;

VIII. apontar as necessidades educacionais emergentes no contexto da área de abrangência do IMEPAC e indicar seu potencial de ação;

IX. identificar os melhores procedimentos acadêmicos para a transmissão e produção do conhecimento;

X. identificar, na comunidade acadêmica, as lideranças intelectuais para a produção de novos conhecimentos; e

XI. identificar os procedimentos necessários para melhorar as relações com a comunidade acadêmica e com outras instituições nacionais e internacionais, ligadas à educação superior.

1.3 Dimensões

O Centro Universitário IMEPAC contempla em seu Programa de Avaliação Institucional, agrupadas nos cinco eixos, as dimensões básicas estabelecidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a saber:

1ª - A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional.

2ª - A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades que abrangem: ***a)*** Ensino b) Pesquisa (investigação científica), c) Extensão, d) Pós-Graduação (*Lato Sensu).*

3ª - A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

4ª - A comunicação com a sociedade.

5ª - As políticas de pessoal, de carreiras do Corpo Docente e Corpo Técnico-Administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho em que se incluem Docentes e Funcionários Técnico-Administrativos.

6ª - Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

7ª - Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa (investigação científica), biblioteca, recursos de informação e comunicação.

8ª - Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da Autoavaliação Institucional.

9ª - Políticas de atendimento aos estudantes, levando em conta: a) Estudantes b) Egressos.

10ª - Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

1.4 Fundamentos legais

A legislação educacional brasileira expressa, em vários instrumentos, o compromisso com a Avaliação Institucional dos quais se destacam: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96 - Capítulo IV, Art. 46), a Lei Federal nº 9131, de 24 de novembro de 1995; os Decretos Federais Nºs 2026/1996, 3860/2001 e 5.773/2003; as Portarias Nºs 2040/1997, 2041/1997, 2175/1997 e 302/1998 do MEC.

Abordando esses dispositivos regulamentadores, verifica-se que a Lei Federal 9131/95, em seu Art. 3º, determinou a realização de avaliações periódicas das instituições e dos cursos de nível superior. Foram enfatizados os Exames Nacionais de Curso, estabelecidos como condição para obtenção do Diploma de Conclusão de Cursos de Graduação na Educação Superior. O referido texto legal atribuiu aos órgãos centrais federais – Ministério da Educação e do Desporto e Conselho Nacional de Educação – o papel de formuladores e avaliadores da política nacional de educação.

O Decreto Federal nº 2026/96 tornou muito claro que os Exames Nacionais de Curso – ENC, proclamados pela Lei 9131/95, constituíram-se em apenas uma das dimensões de um processo global de avaliação das Instituições de Ensino Superior, favorecendo a compreensão dos elementos constitutivos do processo avaliativo. Em todos os textos legais, implícita ou

explicitamente, percebe-se que a Avaliação Institucional era entendida como mecanismo de regulação e de controle institucional.

Posteriormente, o Decreto nº 3.860, de 09 de julho de 2001, dedicou todo o seu capítulo IV à avaliação e determinou, em seu art. 17, caput que a avaliação de cursos e instituições de ensino superior fosse executada pelo INEP. Para assegurar que o processo avaliativo tivesse certa semelhança e coerência, relacionaram-se nos incisos do artigo em seus parágrafos, as ações básicas a serem realizadas para esse fim.

Em 2006, novo Decreto, o de número 5.773, foi publicado, este com um objetivo mais amplo, com vistas a disciplinar as funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação. O capítulo IV foi dedicado à avaliação e estabeleceu processos avaliativos, dentro dos parâmetros do SINAES.

A Portaria MEC nº 2175/97 vinculou, oficialmente, os resultados das avaliações realizadas pelo MEC (Exames Nacionais de Curso) ao processo avaliativo global, determinando que os mesmos se constituíssem em indicadores de qualidade e de desempenho de cursos e Instituições de Ensino Superior.

Nessa linha, o Plano Nacional de Educação – 2001, com vigência de 10 anos (até 2011), estabeleceram, entre os seus objetivos e metas, o compromisso de manutenção e o incremento de um sistema de avaliação da educação brasileira.

A Medida Provisória nº 147, emitida em 15 de dezembro de 2003, instituiu o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior, redefinindo finalidades, pressupostos, procedimentos gerais, órgãos responsáveis e obrigações básicas das IES no desenvolvimento do novo processo avaliativo.

Em abril de 2004, obedecendo ao fluxo legislativo, as regulamentações sobre a Avaliação Institucional assumiram caráter estatal com a aprovação da Lei 10.861, de 14.04.04, que, com algumas adequações predominantemente de forma, criou o já mencionado Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

O SINAES desencadeou um conjunto de regulamentações: definiu orientações avaliativas para as IES na sua totalidade; normatizou o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE; e delimitou competências para os diversos setores oficiais responsáveis pela sua implementação.

Dessas regulamentações, merecem menção especial aquelas que interferem diretamente na dinâmica das IES, conforme relação a seguir:

- Portaria MEC Nº 2051, de 09 de julho de 2004 (regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema de Avaliação da Educação Superior, instituído na Lei Nº 10861, de 14.04.04);
- Portaria INEP Nº 107, de 22 de julho de 2004 (define critérios para a aplicação do ENADE);
- Portaria INEP Nº 108, de 22 de julho de 2004 (define procedimentos técnicos para a aplicação do ENADE);
- Decreto nº 9.235 de 15 de dezembro de 2017 (define os novos instrumentos de avaliação institucional).

Os princípios orientadores do SINAES, bem como o caráter democrático dos procedimentos comuns estabelecidos nas suas regulamentações harmonizam-se com a dimensão emancipatória da avaliação educacional; entretanto é fundamental que a Autoavaliação Institucional seja fortalecida, ocupando o seu espaço de elemento de referência nas interlocuções com a avaliação externa (procedimentos regulatórios sob a responsabilidade dos órgãos oficiais).

1.5 Metodologia

Nessa linha de trabalho todos os segmentos, em igualdade de participação, se envolvem no processo respondendo a questionários, participando de enquetes, analisando os aspectos positivos e negativos dos cursos, discutindo conjuntamente as debilidades e fortalezas do IMEPAC, também dando sugestões que provoquem a melhoria da sua qualidade. Assim, a Avaliação Institucional no IMEPAC consistirá em um processo permanente de elaboração de conhecimentos e de intervenção prática, que permitirá retroalimentar as suas mais diversas atividades, durante todo o seu desenvolvimento, e ocorrerá, prioritariamente, como descrito a seguir:

I. Avaliação do Docente/Tutor por Unidade Curricular/Módulo (semestralmente, envolvendo coordenadores, docentes/tutores e discentes);
II. Avaliação Institucional Geral (Diagnóstica) – Aplicada ao final do primeiro ano (ou início do segundo) do ciclo avaliativo, com formulários específicos para cada segmento, envolvendo todos os discentes, docentes, tutores, coordenadores, diretores, funcionários técnico-administrativos, egressos do curso, representantes da sociedade civil organizada;

III. Avaliação Institucional Geral (Conclusiva do Ciclo) – Aplicada no terceiro ano do mesmo ciclo avaliativo, com formulários específicos para cada segmento, envolvendo todos os discentes, docentes, tutores, coordenadores, diretores, funcionários técnico-administrativos, egressos do curso, representantes da sociedade civil organizada.

IV. Avaliação do curso (em conjunto com o NDE) – realizada por meio da análise dos resultados das avaliações internas, externas e de grupos focais, com ênfase para a atualização do PPC, o alcance dos objetivos do curso e a construção do perfil do egresso proposto.

A coleta de informações, para diagnóstico e estudo da realidade institucional, será viabilizada por meio de um instrumento de coleta de dados (enquete) diversificado, que será sempre atualizado e servirá como subsídio para o processo de Avaliação Institucional. Os formulários serão respondidos pelo corpo docente, tutor, discente, técnico-administrativo, egressos e sociedade civil organizada. As categorias e os indicadores aplicados a este instrumento são construídos a partir de um levantamento feito junto aos setores envolvidos, a fim de retratar, com fidedignidade, a realidade e as expectativas dos interessados e envolvidos na avaliação, para propiciar diagnósticos confiáveis. No momento existe um conjunto classificado e organizado da seguinte forma:

Ensino de Graduação e Pós-graduação

I. Procura por curso;
II. matrícula no curso;
III. evasão no curso;
IV. freqüência no curso ou utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem;
V. qualidade do corpo docente e de tutores; e
VI. qualidade das aulas.

Programa de Iniciação Científica – Pro-IC

I. alunos participantes no Pro-IC;
II. quantidade de projetos de iniciação científica aprovados;
III. quantidade de professores orientadores; e
IV. quantidade de artigos científicos publicados.

Extensão e Atividades Complementares

I. alunos participantes em programas ou projetos de extensão;
II. número de pessoas atendidas/participantes nos programas/projetos/ações de extensão;
III. quantidade de cursos de extensão oferecidos;
IV. quantidade de cursos de extensão realizados;
V. quantidade de atividades abertas à comunidade não acadêmica;
VI. quantidade de eventos culturais realizados;
VII. diversidade de atividades complementares oferecidas aos alunos;
VIII. qualidade da estrutura para o apoio, fomento e acompanhamento da extensão; e
IX. quantidade de convênios e parcerias existentes para a inserção dos alunos na comunidade.

Avaliações Externas

I. Quantidade de conceitos satisfatórios (CC, CPC, CI e IGC) nos processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos e de recredenciamento institucional;
II. qualidade da imagem institucional na sociedade; e
III. qualidade da imagem institucional entre os ex-alunos.

Corpo Docente e de Tutores

I. Quantidade de professores que participam de atividades de extensão;
II. quantidade de professores que participam em programas de capacitação ou estudos de aperfeiçoamento;
III. quantidade de professores avaliados positivamente pelos alunos;
IV. quantidade de professores avaliados positivamente pela Coordenação;
V. quantidade de professores que publicaram livros;
VI. quantidade de professores que publicaram artigos em revistas, anais e/ou periódicos científicos interno-externos; e
VII. quantidade de professores que ministram aulas na pós-graduação.

Infraestrutura Física

I. Instalações da Biblioteca;
II. acervo e demais materiais de trabalho disponíveis na Biblioteca;
III. qualidade e quantidade das salas de aulas;
IV. qualidade dos laboratórios;
V. quantidade de laboratórios;
VI. qualidade dos recursos de informática;
VII. quantidade de equipamentos de informática;
VIII. qualidade do sistema de informatização institucional;
IX. qualidade do sistema de informatização destinado aos alunos;
X. quantidade de recursos audiovisuais;
XI. qualidade das instalações para a administração geral da IES;
XII. qualidade dos sanitários;
XIII. quantidade de sanitários;
XIV. qualidade da área de lazer;
XV. adequação das instalações para pessoas com deficiência;
XVI. qualidade dos recursos audiovisuais;
XVII. qualidade e quantidade das instalações para as estruturas de apoio à extensão e ao estágio;
XVIII. qualidade do espaço e recursos de apoio ao trabalho dos docentes;
XIX. qualidade da limpeza;
XX. qualidade da iluminação;
XXI. qualidade da segurança; e
XXII. qualidade da ventilação no espaço de utilização permanente.

A coleta e análise de dados acontecerão sistematicamente a cada três anos. A Avaliação para diagnóstico global será feita a partir da visão discente, docente/tutor, dos técnico-administrativos, egressos e sociedade civil, de aspectos gerais e relevantes dos processos de ensino-aprendizagem, das estruturas acadêmicas de todos os cursos, detectando pontos de excelência e carência. Assim sendo, a Avaliação deve indicar os seguintes aspectos institucionais: relacionamento entre corpo docente e discente, motivação, grau de comunicação e expressão, respeito e valorização das opiniões discentes e da ação didático-pedagógica do

docente propriamente dita; desempenho interdisciplinar; compromisso com a ética; compromisso com o conhecimento; dinâmica de avaliação da aprendizagem e domínio de conteúdo pelo docente; e ainda, do desempenho do tutor (no caso dos cursos em EaD).

A cada período da avaliação, será organizada uma campanha motivadora para que os alunos, professores, tutores e funcionários respondam às pesquisas e, também, para promover o engajamento. A Comissão Própria de Avaliação organizará as campanhas de avaliação, com o auxílio dos Diretores, Coordenadores de Curso, Departamento de Comunicação e Marketing e representantes de classe, que colaborarão para a divulgação das datas, formas e objetivos do exercício de avaliar.

Na Avaliação Docente e de Tutor por Unidade Curricular/Módulo, realizada semestralmente, cada aluno preencherá um documento contendo as questões referentes às unidades curriculares (disciplinas) nas quais está matriculado no semestre (ou no módulo – no caso da EaD), tendo, desta forma, oportunidade de avaliação de todos os docentes e tutores. A pesquisa na modalidade da amostragem terá como percentual representativo, no mínimo, 20% do número de alunos de cada classe, buscando o máximo de neutralidade para esta representação.

2. DIRETRIZES OPERACIONAIS DA AUTOAVALIAÇÃO

2.1 Etapas da avaliação

2.1.1 Etapa de preparação

O objetivo desta etapa é planejar a Autoavaliação, estimular e envolver os atores no processo.

Esta etapa prevê as seguintes ações a serem realizadas pela CPA:

I- Planejamento de ações que leve em conta os termos da adesão às diretrizes contidas no SINAES. Estas ações visam implementar melhorias no processo e (re)definir as melhores datas e formatos de aplicação dos instrumentos da Avaliação Institucional. O planejamento deve levar em conta as características da instituição e sua experiência avaliativa anterior.

II- Sensibilização - serão utilizados vários meios para se atingir o envolvimento da comunidade acadêmica na construção da proposta avaliativa, tais como, realização de campanhas publicitárias de sensibilização, seminários, palestras, folders, cartazes, publicações, site

institucional, redes sociais e/ou outros. A sensibilização deve estar presente nos momentos iniciais e na continuidade das ações avaliativas, pois sempre haverá sujeitos novos iniciando sua participação no processo.

2.1.2 Etapa de desenvolvimento

Esta etapa tem como objetivo a concretização das atividades que foram programadas no projeto de Autoavaliação.

Estão presentes as seguintes ações:

- Realização de reuniões e/ou debates de sensibilização;
- criação de campanhas de comunicação e marketing quanto aos processos de autoavaliação institucional para conscientização e sensibilização da comunidade acadêmica;
- realização de encontros, seminários e/ou dentre outros, para apresentação das diretrizes do SINAES e do Projeto de Autoavaliação do IMEPAC, discussões internas e apresentação das sistematizações de resultados e outros;
- composição dos grupos de trabalho;
- revisão e reestruturação dos instrumentos para a coleta de dados (questionários e outros);
- definição da metodologia de análise e interpretação dos dados;
- definição das condições materiais e humanas para o desenvolvimento do trabalho: espaço físico, recursos humanos, materiais e outros;
- definição de formato dos relatórios de Autoavaliação (parciais e integral);
- definição de reuniões sistemáticas de trabalho;
- elaboração dos relatórios parciais e integral, incluindo o relato institucional; e
- organização e discussão dos resultados com a comunidade acadêmica.

2.1.3 Etapa de consolidação do processo, apropriação e programação de redirecionamento

O objetivo desta etapa é o de elaborar, analisar, divulgar e promover a apropriação pelos sujeitos envolvidos, do relatório integral. Contempla também a realização de um balanço crítico do processo avaliativo (meta-avaliação) e de seus resultados em termos da melhoria da qualidade da instituição.

As ações previstas nesta etapa são:

- Organização das discussões dos resultados pela comunidade acadêmica;
- elaboração de um relatório integral que expresse os resultados das discussões, análise e interpretação dos dados;
- divulgação para a comunidade acadêmica dos resultados obtidos;
- promoção da apropriação dos resultados e melhorias decorrentes; e
- planejamento da aplicação dos resultados visando ao saneamento das deficiências encontradas.

3. DETALHAMENTO DA AVALIAÇÃO DAS DIMENSÕES

Serão avaliadas as 10 (dez) dimensões previstas no SINAES, agrupadas em 5 (cinco) eixos, a saber:

Eixo 1 - Planejamento e Avaliação Institucional:

- **Relato Institucional**; e
- **8ª dimensão:** Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da Autoavaliação Institucional.

Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional:

- **1ª Dimensão:** A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); e
- **3ª Dimensão:** A responsabilidade social.

Eixo 3 - Políticas Acadêmicas:

- **2ª Dimensão:** A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão;
- **4ª Dimensão:** A comunicação com a sociedade; e
- **9ª Dimensão:** Políticas de atendimento aos estudantes

Eixo 4 - Política de Gestão:

- **5ª Dimensão:** As políticas de pessoal;
- **6ª Dimensão:** Organização e gestão; e
- **10ª Dimensão:** Sustentabilidade financeira

Eixo 5 - Infraestrutura:

- **7ª Dimensão:** Infraestrutura física.

O corpo docente, os tutores, o corpo discente, os egressos e o corpo técnico-administrativo do IMEPAC, com repercussão de demandas da sociedade civil organizada, identificarão aspectos positivos e negativos em relação a cada dimensão avaliada. A partir da identificação destes aspectos, será possível desenvolver políticas institucionais para neutralizar ou superar os aspectos negativos, para intensificar o investimento nos aspectos positivos, maximizando-se o que existe de melhor na Instituição e, ainda, para promover a apropriação dos resultados pelos sujeitos envolvidos nos processos avaliativos.

A coordenação geral dos trabalhos de Avaliação Institucional caberá à Comissão Própria de Avaliação (CPA). Todavia, como são diversos os aspectos a serem avaliados, os setores próprios do IMEPAC serão responsáveis pela prestação de informações e pela fidedignidade das mesmas.

3.1 EIXO 1 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Este eixo tem como foco:

a) O Relato Institucional: demonstração da evolução institucional em relação aos processos de Planejamento e de Avaliação Institucional. Nele deve constar: síntese da avaliação do PDI; síntese histórica da Autoavaliação Institucional do IMEPAC; síntese histórica do planejamento e das ações acadêmico-administrativas decorrentes dos resultados das avaliações; e evolução histórica da Avaliação Institucional na Instituição.

b) A Dimensão 8: planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da Autoavaliação Institucional.

Aspectos a serem avaliados nesta dimensão

- Adequação e efetividade do planejamento geral da instituição e sua relação com o projeto pedagógico institucional e com os projetos pedagógicos dos cursos.
- Procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, especialmente das atividades educativas.

- O planejamento incorpora ações para a melhoria contínua da IES? Existe relação entre a autoavaliação e o planejamento?
- O processo de autoavaliação permitiu gerar juízos críticos sobre a IES?
- Houve discussão dos resultados, dos relatórios, com a comunidade?
- Houve ações e mudanças imediatas como resultado do processo de autoavaliação?
- Houve divulgação interna do processo e dos resultados da avaliação interna?

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- Projeto de Desenvolvimento Institucional;
- Projeto Pedagógico dos Cursos;
- Relatórios Parciais de Autoavaliação;
- Relatórios Integrais de Autoavaliação;
- ações decorrentes dos resultados da Autoavaliação;
- número de eventos de difusão dos processos de Autoavaliação.

Setor(es) Responsável(eis): CPA, órgãos da administração e setores responsáveis pelo tema desta dimensão.

Ações programadas para levantamento dos dados desta dimensão:

- Reuniões técnicas do setor de planejamento com os outros setores da IES para análise do PDI, das propostas pedagógicas dos cursos e sua coerência com o projeto de avaliação do IMEPAC;
- análise documental;
- atualização e aplicação de questionário de Autoavaliação, contemplando as 10 (dez) dimensões do SINAES, a ser respondido pela comunidade acadêmica;
- consolidação e análise dos resultados dos questionários aplicados;
- levantamento de dados das avaliações anteriores que foram incorporados ao planejamento;
- verificação da execução das ações planejadas de todas as dimensões;
- divulgação interna do processo de avaliação já realizado e de seus resultados;
- discussão dos resultados da Autoavaliação com a comunidade acadêmica;
- produção de Relatórios Parciais e Integral;
- construção de metas e ações a partir dos resultados obtidos por meio do plano de melhorias a partir dos processos avaliativos;

- inserção dos Relatórios Parciais e Final no sistema e-MEC, até 31 de março de todos os anos.
- Meta-avaliação.

3.2 EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Dimensão 1: A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional

Aspectos a serem avaliados nesta dimensão:

- Finalidades, objetivos e compromissos da instituição, explicitados em documentos oficiais;
- concretização das práticas pedagógicas e administrativas e suas relações com os objetivos centrais da instituição, identificando resultados, dificuldades, carências, possibilidades e potencialidades;
- características básicas do PDI e suas relações com o contexto social e econômico em que a instituição está inserida;
- articulação entre o PDI e os PPC's no que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa (investigação científica), extensão, gestão acadêmica, gestão institucional e avaliação institucional.

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- Plano de Desenvolvimento Institucional;
- Projeto Pedagógico dos Cursos;
- efetiva utilização do PDI como referência para programas e projetos desenvolvidos na instituição;
- avaliação e atualização do PDI (realização de reuniões, consultas);
- descrição do perfil de egressos (conhecimentos e competências que devem adquirir durante a sua permanência na IES).

Setor(es) Responsável(eis): CPA, órgãos da administração, gestão pedagógica e setores responsáveis pelo tema desta dimensão.

Ações Programadas:

- Análise documental;

- Reuniões, encontros e/ou seminários para discussão do PDI e dos PPCs, incluindo uma análise crítica destes documentos, de sua relação com a realidade institucional e com a dinâmica de construção dos PPCs;
- criação de instrumento avaliador do egresso conforme suas competências e habilidades relativas ao curso;
- grupos focais (para discussão sobre os documentos e sua prática em todos os níveis e setores);

Dimensão 3: A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Aspectos a serem avaliados nesta dimensão:

- Transferência de conhecimento e importância social das ações universitárias e impactos das atividades técnicas e culturais, para o desenvolvimento regional e nacional;
- natureza das relações com o setor público, com o setor produtivo e com o mercado de trabalho e com instituições sociais, culturais e educativas de todos os níveis;
- ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ação afirmativa, etc.

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- Critérios que a instituição utiliza para a abertura de cursos;
- caracterização e pertinência das atividades da IES nas áreas de educação, saúde, lazer, cultura, cidadania, solidariedade, organizações econômicas e sociais, meio ambiente, patrimônio cultural, planejamento urbano, desenvolvimento econômico, entre outras;
- descrição e sistematização das atividades relacionadas com cooperativas, ongs, centros de saúde, escolas, clubes, sindicatos, partidos políticos ou outras;
- evidências da vinculação dessas atividades com o desenvolvimento das finalidades da instituição;
- dados sobre bolsas, descontos e outras evidências de políticas institucionais de inclusão de estudantes em situação econômica desfavorecida;

- lista de estudantes/docentes/técnico-administrativos com deficiência(s), estratégias pedagógico-didáticas empregadas;
- convênios e acordos com outras instituições públicas e privadas, organizações profissionais e empresariais, associações, centros assistenciais.

Setor(es) Responsável(eis): CPA, órgãos da administração e setores responsáveis pelo tema desta dimensão.

Ações Programadas:

- Levantamento das medidas e meios de defesa do meio ambiente, da memória cultural e da produção artística;
- levantamento dos programas e ações desenvolvidas pela IES e reflexo destas ações na sociedade por meio de técnicas e instrumentos variados (questionários, dados oficiais, entrevistas, etc);
- levantamento de medidas, procedimento e estratégias para a inclusão social dos alunos;
- análise documental.

EIXO 3 – POLÍTICAS ACADÊMICAS

Dimensão 2: A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

Aspectos a serem avaliados nesta dimensão:

A. ENSINO

- Concepção de currículo e organização didático-pedagógica (métodos, metodologias, planos de ensino-aprendizagem e avaliação da aprendizagem) de acordo com os fins da instituição, as diretrizes curriculares e a inovação da área;
- práticas pedagógicas, considerando a relação entre a transmissão de informações e utilização de processos participativos de construção do conhecimento;
- pertinência dos currículos (concepção e prática), tendo em vista os objetivos institucionais, as demandas sociais (científicas, econômicas, culturais etc.) e as necessidades individuais;

- práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso das novas tecnologias no ensino.

B. PESQUISA: Iniciação Científica

Este item será cumprido sob a forma de iniciação científica, norteado e amparado por programa específico (PRO-IC).

Por Iniciação Científica entende-se a formação do aluno em componente curricular/disciplina que aborda os princípios da Metodologia Científica e da elaboração de trabalhos acadêmicos que atendam a essa metodologia. Exemplificativamente, pelo desenvolvimento das atividades práticas e científicas da Unidade Curricular Projeto Integrador, constante ao longo dos períodos dos diversos cursos, inclusive da EaD, ainda, por meio da utilização da Metodologia da Problematização com o Arco de Maguerez, que oportuniza e dimensiona a experiência teórico-prática da referida investigação científica. Além das linhas de ação em pesquisa estabelecidas no PRO-IC. Dentre outras.

Pretende-se com isso dar oportunidade ao aluno de conhecer a linguagem científica e de produzir trabalhos de cunho também científico.

Assim, em todas as Unidades Curriculares, os professores poderão e deverão incentivar e até mesmo exigir, que os alunos apliquem os fundamentos da metodologia científica no planejamento e elaboração de trabalhos acadêmicos, inclusive, através do PRO-IC.

C. EXTENSÃO

- Concepção de extensão e de intervenção social afirmada no PDI;
- articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa (investigação científica) e com as necessidades e demandas do entorno social: nivelamento acadêmico;
- projetos de extensão de caráter social;
- participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenção social e o respectivo impacto em sua formação.

D. PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

- Políticas institucionais para criação, expansão e manutenção da pós-graduação *lato sensu*.

Documentação, dados, indicadores e pessoal envolvido na avaliação desta dimensão:

- Currículos e programas de estudos;
- mecanismos, acordos e conclusões da revisão, atualização e renovações dos currículos e programas de estudo;
- responsáveis pelas ações de atualização dos documentos da IES;
- sistematização das atividades de extensão (programas, descrição de atividades, número de estudantes participantes);
- acompanhamento e avaliação do impacto das atividades de extensão;
- convênios e acordos com outras instituições públicas e privadas, organizações profissionais e empresariais, associações, centros assistenciais;
- indicadores de atuação profissional dos egressos;
- indicador de publicações (livros e capítulos de livros, artigos publicados em revistas científicas indexadas, trabalhos publicados em anais, propriedade intelectual, publicações eletrônicas).

Setor(es) Responsável(eis): CPA, gestão pedagógica e setores responsáveis pelo tema desta dimensão.

Ações Programadas:

- Análise documental;
- reuniões para discussão da produção acadêmica que devem incluir:
  - análise qualitativa e quantitativa das atividades de extensão do IMEPAC;
  - análise dos currículos em face do perfil do egresso pretendido;
  - levantamento das práticas pedagógicas e de sua adequação a cada curso ou área.

Dimensão 4: A comunicação com a sociedade

Aspectos a serem avaliados nesta dimensão:

- Estratégias, recursos e qualidade da comunicação interna e externa;
- ações de apoio às Escolas, Hospitais e Órgãos Públicos da região com o objetivo de legitimar a função social do IMEPAC diante das necessidades da comunidade;
- imagem pública da Instituição nos meios de Comunicação Social.

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- Meios e canais de comunicação utilizados para tornar públicas as atividades da instituição na comunidade externa;
- regimentos e manuais de circulação interna informando sobre procedimentos;
- folhetos e jornais para divulgação interna, existência de sítios-*web* de divulgação;
- guias acadêmicos que contenha informações sobre Projeto Pedagógico do Curso, disciplinas, horários de funcionamento e outros;
- questionários destinados aos membros dos diversos segmentos da instituição avaliando a efetividade da comunicação e a circulação das informações na instituição;
- questionários para os estudantes, docentes e técnico-administrativos indagando e avaliando as estratégias mais eficazes e os problemas na circulação das informações;
- procedimentos de recepção de sugestões e procedimentos de resposta.

Setor(es) Responsável(eis): CPA, órgãos da administração e setores responsáveis pelo tema desta dimensão.

Ações Programadas:

- Análise documental;
- reuniões, encontros, seminários e/ou questionário diagnóstico para identificação das políticas e ferramentas de comunicação existentes e utilizadas e das ações de comunicação desenvolvidas;
- levantamento dos meios e canais utilizados na comunicação interna e externa;
- avaliação das publicações (revistas, boletins, panfletos, etc.).

Dimensão 9: Política de atendimento aos estudantes

Aspectos a serem avaliados nesta dimensão:

- Atuação do Núcleo de Acessibilidade e Atendimento Psicopedagógico para atendimento dos alunos com dificuldades de aprendizagem, acompanhamento ao Professor com orientações didático-pedagógicas, acompanhamento de Egressos com orientações para a sua formação continuada, etc;

- políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes (critérios utilizados, acompanhamento pedagógico, espaço de participação e de convivência) e sua relação com as políticas públicas e com o contexto social;
- políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino (estágios, monitoria), investigação científica, extensão, avaliação institucional, atividades de intercâmbio estudantil;
- mecanismos/sistemáticas de estudos e análises dos dados sobre ingressantes, evasão/abandono, tempos médios de conclusão, formaturas, relação professor/aluno e outros estudos tendo em vista a melhoria das atividades educativas.

EGRESSOS

- Inserção profissional dos egressos;
- orientações sobre formação continuada;
- participação dos egressos na vida da Instituição.

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- Pesquisas, enquetes ou estudos sobre os egressos e/ou empregadores dos mesmos;
- dados sobre a ocupação dos egressos;
- evidências de atividades de formação continuada para os egressos;
- número de candidatos;
- número de ingressantes;
- número de estudantes matriculados por curso;
- número de estudantes com financiamentos, bolsas de estudo ou descontos;
- número médio de estudantes por turma;
- número de eventos realizados;
- número de participações em eventos;
- número de trabalhos de estudantes publicados.

Setor (es) Responsável (eis): CPA, órgãos da administração, gestão pedagógica e setores responsáveis pelo tema desta dimensão.

Ações Programadas:

- Análise documental;
- levantamento de dados na secretaria;
- levantamento das formas de participação efetiva dos estudantes em estágios, monitorias, Investigação científica, extensão, Avaliação Institucional e atividades de intercâmbio;
- ampliação de instrumentos para acompanhamento dos egressos;
- cadastramento e atualização de dados dos egressos para efetiva comunicação entre o IMEPAC e os mesmos;
- estabelecimento de formas de intercâmbio entre os egressos e o curso e entre o curso e as empresas que receberam os egressos;

EIXO 4 – POLÍTICA DE GESTÃO

Dimensão 5: As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

Aspectos a serem avaliados nesta dimensão:

- Planos de carreira regulamentados para docentes e funcionários técnico-administrativos;
- clima institucional, relações interpessoais, estrutura de poder, graus de satisfação pessoal e profissional.

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

A. DOCENTES

- Número de docentes doutores, mestres e especialistas com respectivos regimes de trabalho;
- experiência profissional no magistério superior;
- experiência profissional fora do magistério superior;
- formação didático-pedagógica;
- número de publicações por docente;
- critérios de ingresso na instituição e de progressão na carreira;
- produção acadêmica dos docentes;

- grau de envolvimento com a pós-graduação;
- grau de envolvimento com a extensão.

B. TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Os Dados:

- Número de funcionários técnico-administrativos;
- escolaridade dos funcionários técnico-administrativos;
- experiência profissional;
- critérios de ingresso na instituição;
- políticas de capacitação.

Setor(es) Responsável(eis): CPA, órgãos da administração, gestão pedagógica e setores responsáveis pelo tema desta dimensão.

Ações Programadas:

- Análise documental;
- levantamento de indicadores e de dados;
- reuniões para identificação das políticas existentes e utilizadas de formação, aperfeiçoamento e capacitação do corpo docente e do corpo técnico-administrativo.

Dimensão 6: Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

Aspectos a serem avaliados nesta dimensão:

- Funcionamento, composição e atribuição dos órgãos colegiados;
- existência de procedimentos para a tomada de decisões institucionais em relação às finalidades educativas;
- uso da gestão e tomadas de decisão institucionais em relação às finalidades educativas;
- uso da gestão estratégica para antecipar problemas e soluções;

- comunicação e circulação da informação (privativa da gestão geral ou fluida em todos níveis).

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- Atas dos órgãos colegiados;
- regulamentos internos, normas acadêmicas, regimentos da instituição;
- funcionamento do sistema de registro acadêmico;
- funcionamento do sistema e recursos de informação;
- mecanismos de controle de normas acadêmicas;
- organogramas;
- regimento.

Setor (es) Responsável (eis): CPA, órgãos da administração, gestão pedagógica e setores responsáveis pelo tema desta dimensão.

Ações Programadas:

- Análise documental de organograma, de regulamentos internos e de outros instrumentos normativos da IES;
- verificação dos recursos de informação instalados e disponibilizados para a comunidade acadêmica;
- análise da adequação do(s) organograma(s) utilizados em função do fluxo e do andamento das atividades do IMEPAC.

Dimensão 10: Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da Educação Superior.

Aspectos a serem avaliados nesta dimensão:

- Sustentabilidade financeira da instituição e políticas de captação e alocação de recursos;
- políticas direcionadas à aplicação de recursos para Programas de Ensino, Investigação Científica e Extensão.

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- Planilha financeira que compõe o PDI;
- tabela de cursos oferecidos pela IES.

Indicadores:

- Relação orçamento/gastos (semestral e anual);
- relação ingressantes/concluintes;
- relação Docentes em capacitação/Docentes capacitados (em nível de Pós-graduação: Especialização, Mestrado e Doutorado);
- relação dos Técnico-administrativos em capacitação (capacitados em nível de Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado).

Setor(es) Responsável(eis): CPA, órgãos da administração e setores responsáveis pelo tema desta dimensão.

Ações Programadas:

- Avaliação da situação da IES quanto a sua sustentabilidade financeira;
- levantamento dos pontos fortes e fracos que podem garantir ou ameaçar a sustentabilidade financeira;
- análise dos questionários para identificação das debilidades e das fortalezas.

EIXO 5 – INFRAESTRUTURA:

Dimensão 7: Dimensão Avaliada: **Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.**

Aspectos a serem avaliados nesta dimensão:

- Adequação da infraestrutura da instituição (salas de aula, biblioteca, laboratórios, áreas de lazer, equipamentos de informática, rede de informações e outros) em função das atividades de ensino e extensão;
- políticas institucionais de conservação, atualização, segurança e de estímulo à utilização dos meios em função dos fins;
- utilização da infraestrutura no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras;

- número de laboratórios e adequação para as necessidades da instituição em relação aos cursos e a quantidade dos estudantes;
- estado de conservação dos laboratórios e bibliotecas e as carências mais relevantes;
- adequação dos equipamentos dos laboratórios em quantidade e qualidade;
- características dos laboratórios e bibliotecas quanto à iluminação, refrigeração, acústica, ventilação, mobiliário e limpeza;
- número de postos na biblioteca e salas de leitura e adequação quanto às necessidades dos usuários;
- adequação dos horários e calendário da biblioteca quanto às necessidades dos estudantes nos turnos oferecidos pela IES (diurno e noturno);
- quantidade e qualidade dos equipamentos da biblioteca;
- disponibilidade dos materiais em relação à demanda;
- disponibilidade da bibliografia básica ou complementar em relação à demanda;
- grau de satisfação dos usuários com relação ao sistema de acesso aos materiais e a sua consulta;
- satisfação dos usuários com a quantidade, qualidade e acessibilidade da bibliografia;
- satisfação dos estudantes com os laboratórios e as bibliotecas da IES;
- procedimentos para adquirir, manter, revisar e atualizar as instalações e recursos necessários;
- suficiência da infraestrutura, as instalações e os recursos educativos;
- adequação das instalações para as pessoas com deficiências;
- descrição dos locais de convívio disponíveis aos discentes, docentes e funcionários técnico-administrativos.

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- plantas e croquis do prédio e outras áreas usadas;
- número de salas de aula;
- número de instalações administrativas;
- número e condições das salas de docentes;
- número e condições das salas de reuniões;
- número e condições dos gabinetes de trabalho;
- número e condições das salas de conferência/auditórios;

- número e condições das instalações sanitárias;
- existência de áreas de convivência;
- acessos para pessoa com deficiência;
- número de equipamentos (informática, laboratórios, apoio administrativo);
- acesso a bases de dados e bibliotecas virtuais;
- número de livros, periódicos e títulos em geral;
- número e condições de laboratórios de informática;
- número de equipamentos informáticos e condições de uso e acesso pelos estudantes;
- número e condições de laboratórios específicos;
- descrição do plano de segurança, proteção de riscos e proteção ambiental;
- questionários de satisfação dos usuários sobre as instalações em geral e especialmente sobre a biblioteca, laboratórios e equipamentos informáticos.

Setor(es) Responsável(eis): CPA, órgãos da administração, coordenação de ensino e setores responsáveis pelo tema desta dimensão.

Ações Programadas:

- Análise documental;
- Reuniões técnicas setoriais para levantamento da infraestrutura física e tecnológica existente e análise para a identificação de sua adequação à estrutura de oferta;
- atualização e aplicação de questionário de avaliação para esta dimensão a ser respondido pela comunidade acadêmica, incluindo egressos do IMEPAC;
- Análise dos questionários para identificação das debilidades e das fortalezas.

4. AVALIAÇÃO EXTERNA

A avaliação externa, realizada por comissões designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), tem como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e nos relatórios de autoavaliação. O processo de avaliação externa, independentemente de sua abordagem, orienta-se por uma visão multidimensional que busca integrar sua natureza formativa e de regulação numa perspectiva de globalidade.

Segundo o SINAES, a avaliação externa será feita pelo Ministério da Educação, por intermédio do INEP.

Compõe-se de duas etapas:

- 1ª - a visita dos avaliadores à instituição;
- 2ª - a elaboração do relatório de avaliação institucional.

Na primeira etapa, depois de terem apreciado o relatório de autoavaliação, antecipadamente disponibilizado, os avaliadores externos deverão manter interlocução com os dirigentes, os corpos docente, tutor, discente e técnico-administrativo com o objetivo de conhecer, em maior profundidade, como são desenvolvidas as atividades da IES. A comissão de avaliadores também terá acesso aos documentos e às instalações da instituição, a fim de obter informações adicionais que considerem necessárias para que o processo seja o mais completo possível.

Na segunda etapa, a comissão de avaliadores elabora o relatório de avaliação institucional, tendo por base o relatório de autoavaliação, os documentos da instituição, as informações advindas dos diversos processos avaliativos (ENADE e Avaliação de Cursos), as consultas desenvolvidas pelo MEC (Censo, Cadastros, Relatórios CAPES), a realização de entrevistas e as demais tarefas desenvolvidas durante a visita.

Os resultados do processo de avaliação da instituição, envolvendo autoavaliação e avaliação externa, expressos nesse relatório, serão encaminhados à CONAES para a elaboração de seu parecer conclusivo. Esse parecer, encaminhado para órgãos competentes, será a base para subsidiar a melhoria da qualidade acadêmica e o desenvolvimento de políticas internas da IES, bem como para a implantação ou manutenção de políticas públicas relacionadas à regulação do sistema de educação superior do país. A Lei n.º 10.861/2004 prevê, para os resultados considerados insatisfatórios, a celebração de um Protocolo de Compromisso entre o MEC e a respectiva instituição.” (Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior. INEP, 2004)

Segundo essa dinâmica, a soma da autoavaliação e da avaliação externa constitui a avaliação institucional que será implementada pelo MEC/INEP. O trabalho conjunto entre a IES e o MEC é que poderá trazer elementos de melhoria para a Instituição e subsídios para as políticas públicas voltadas à educação superior.

5. UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS NAS AVALIAÇÕES

Os resultados da Avaliação Institucional interna (Autoavaliação), da Avaliação *in loco* e os resultados dos ciclos ENADE, deverão ser amplamente divulgados na comunidade acadêmica como continuidade do processo da Avaliação Institucional, deverão também oportunizar a apresentação pública e a discussão dos resultados alcançados nas etapas anteriores. Para tanto, deverão ser utilizados diversos meios, tais como: reuniões, documentos informativos impressos e/ou eletrônicos, seminários e/ou outros. A divulgação deve propiciar também oportunidades para que as ações concretas oriundas dos resultados do processo avaliativo sejam tornadas públicas à comunidade interna.

É necessário que haja clareza na comunicação das informações e caráter analítico e interpretativo dos resultados obtidos, considerando a diversidade de leitores. Além disso, é importante que o relatório apresente sugestões para ações de natureza administrativa, política, pedagógica a serem implementadas.

Visando à continuidade do processo avaliativo, ao final deste é importante uma análise das estratégias utilizadas, das dificuldades e dos avanços apresentados, o que permitirá planejar ações futuras. Assim, o processo de Autoavaliação proporcionará o autoconhecimento institucional, o que em si é de grande valor para a IES, e será um balizador da avaliação externa prevista no SINAES como a próxima etapa da Avaliação Institucional.

5.1 Divulgação e apropriação dos relatórios

Com base nos dados levantados, a divulgação dos resultados e consequente apropriação dos resultados, ocorrerá por meio de relatórios parciais e de um relatório integral ao término de cada ciclo avaliativo. Esses relatórios serão apresentados à comunidade interna e à comunidade externa. Dessa forma, a Instituição se apresentará à sociedade, com consciência e responsabilidade. Tornará explícita a sua atuação no exercício da função social que exerce.

5.2 Reorientação das ações institucionais

Para que a avaliação produza resultados úteis, seja apropriada pelos sujeitos envolvidos, faz-se necessário desencadear ações proativas. Para tanto, deve-se discutir com os diversos segmentos institucionais quais as estratégias e procedimentos que podem ser adotados para se alcançar a melhor qualidade preconizada no Plano de Desenvolvimento Institucional da própria Instituição.

5.3 Meta-Avaliação

Logo após a concretização das etapas previstas na Autoavaliação da instituição, incluindo a apreciação pelos órgãos competentes, a Comissão Própria de Avaliação desenvolverá um plano de continuidade do trabalho de avaliação. Dessa forma, o programa de avaliação do IMEPAC prevê também, a avaliação da própria avaliação, a meta-avaliação, como recurso dinâmico, de aprofundamento da apropriação e de realimentação do processo. É uma etapa de autocrítica onde os aspectos metodológicos e instrumentais do processo avaliativo são submetidos a um criterioso julgamento, para determinar se a sua eficiência, eficácia e efetividade permitem sua reutilização ou se devem ser repensados, no todo ou em parte.

A meta-avaliação será realizada através de seminários/encontro e reflexões, ao final de cada ciclo avaliativo, que apontem para a utilidade, a exatidão, a viabilidade e a propriedade dos métodos e instrumentos utilizados.

6. CONCLUSÃO

A atividade de avaliar sempre foi uma questão polêmica no ambiente escolar. Os participantes de um processo qualquer de avaliação se transformam ao se verem induzidos a recompor seus esquemas padronizados de análise de alguma coisa pressionados pelas evidências e desenvolvem suas capacidades de julgar.

Portanto, constituir a avaliação institucional em prática rotineira, sistêmica, participativa, holística, cíclica e ética, apropriada pelos sujeitos envolvidos é, pelo menos para os membros da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IMEPAC Araguari, um significativo desafio. O presente projeto busca constituir-se progressivamente num ponto de inflexão institucional, que visa avançar na construção e no compartilhamento do autoconhecimento acerca da nossa realidade, buscando transformá-la, para benefício de todos que por ela são impactados.

Nesse contexto, cabe destacar que, como elemento unificador das informações e dados institucionais, ainda, como identificador das potencialidades e deficiências resultantes da atuação das mais distintas unidades acadêmicas e administrativas que compõem a instituição, a autoavaliação deverá ser norteadora da gestão, do planejamento, como também, da ação dos demais atores institucionais, por configurar-se em um relevante manancial de significativos subsídios educacionais.

Como uma produção coletiva da Comissão Própria de Avaliação (CPA) constituída em cumprimento da Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004 e segundo as Diretrizes do SINAES, que vislumbra esse novo paradigma epistemológico da avaliação educacional, este projeto de Avaliação Institucional continuará a ser revisto, reelaborado, sempre no sentido de atualizá-lo, melhorá-lo e de estabelecer condições favoráveis de apropriação significativa de seus resultados e decorrentes repercussões.

Ultimamos fazendo menção ao célebre poeta brasileiro Tiago de Mello, que afirmou: *quem sabe onde quer chegar, encontra o caminho certo e o jeito de caminhar*.

7. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DA AUTOAVALIAÇÃO - CICLO 2021-2023

- **Fevereiro a Julho 2021:** Construção da versão preliminar do Relatório Parcial de 2018.

- **Março 2021:** Inserção do Relatório Integral de Autoavaliação, ciclo 2018/2020, no sistema e-MEC.

- **Maio 2021 (05/05/21):** Realização do Seminário de Meta-Avaliação referente ao ciclo avaliativo 2018/2020.

- **Abril a julho 2021:** Revisão enquetes (formulários de consulta) a serem aplicadas na comunidade acadêmica. Sensibilização da comunidade acadêmica para a realização do ciclo avaliativo 2021/2023. Realização da Avaliação Docente/Tutor por Unidade Curricular/Módulo 2021/1 - referente ao 1º semestre de 2021. Consolidação e divulgação dos resultados junto à comunidade acadêmica. Encaminhamento dos resultados às Coordenações de Cursos para análise e elaboração de plano de melhorias conjuntamente com os respectivos NDEs (Avaliação de Curso).

- **Agosto a setembro 2021:** Análise de documentos institucionais, incluindo o PDI 2021/2026, para levantamento de dados das dimensões, com ênfase no Eixo 1, proposto no Projeto de Autoavaliação.

- **Outubro a dezembro 2021:** Continuação da análise de documentos institucionais para levantamento de dados do Eixo 1. Revisão e conclusão do Relatório Parcial da AI 2021 (Ciclo 2021-2023). Realização da Avaliação Docente/Tutor por Unidade Curricular/Módulo 2021/2 - referente ao 2º semestre de 2021. Consolidação dos resultados e divulgação. Encaminhamento dos resultados às Coordenações de Cursos para análise e elaboração de plano de melhorias conjuntamente com os respectivos NDEs (Avaliação de Curso). Conclusão do Relatório Parcial da AI 2021.

- **Fevereiro a março 2022:** Sensibilização da comunidade acadêmica acerca da desenvolvimento do ciclo avaliativo 2021/2023. Aplicação dos formulários de consulta on-line (questões objetivas e abertas) em toda comunidade acadêmica – Avaliação Institucional Geral

(Diagnóstica). Revisão da redação do Relatório Parcial de 2021. Inserção do Relatório Parcial de 2021 no sistema e-MEC.

- **Até Julho 2022:** Consolidação das enquetes *on-line* da Avaliação Institucional Geral (Diagnóstica) respondidas pela comunidade. Análise dos resultados da autoavaliação. Construção da versão preliminar do Relatório Parcial de 2022.

- **Abril a julho 2022:** Disponibilização dos resultados da Avaliação Institucional Geral (Diagnóstica) à comunidade acadêmica, e discussão destes (em reuniões, encontros, etc.). Realização da Avaliação Docente/Tutor por Unidade Curricular/Módulo 2022/1 - referente ao 1º semestre de 2022. Encaminhamento dos resultados às Coordenações de Cursos para análise e elaboração de plano de melhorias conjuntamente com os respectivos NDEs (Avaliação de Curso).

- **Agosto e setembro 2022:** Análise de documentos institucionais para levantamento de dados referentes às dimensões até o Eixo 5.

- **Setembro a novembro 2022:** Análise dos resultados levantados na Avaliação Docente/Tutor por Unidade Curricular/Módulo 2022/1. Encaminhamento dos resultados às Coordenações de Cursos para análise e elaboração de plano de melhorias conjuntamente com os respectivos NDEs (Avaliação de Curso). Consolidação e análise dos dados institucionais apurados, levando-se em conta as dimensões até o Eixo 5. Sensibilização da Comunidade Acadêmica acerca da Avaliação Docente/Tutor por Unidade Curricular 2022/2. Realização da Avaliação Docente/Tutor por Unidade Curricular/Módulo 2022/2 - referente ao 2º semestre de 2022.

- **Dezembro 2022:** Divulgação dos resultados da Avaliação Docente/Tutor por Unidade Curricular/Módulo 2022/2. Encaminhamento dos resultados às Coordenações de Cursos para análise e elaboração de plano de melhorias conjuntamente com os respectivos NDEs (Avaliação de Curso). Conclusão do Relatório Parcial da AI 2022.

- **Fevereiro a março 2023:** Revisão da redação do Relatório Parcial de 2022 (Ciclo 2021-2023). Inserção do Relatório Parcial de 2022 no sistema e-MEC.

- **Até Julho 2023:** Construção da versão preliminar do Relatório Integral do ciclo avaliativo 2021/2022.

- **Abril a julho 2023:** Sensibilização da comunidade acadêmica acerca da Avaliação Institucional (Ciclo 2021-2023). Realização da Avaliação Docente/Tutor por Unidade Curricular/Módulo 2023/1 - referente ao 1º semestre de 2023 (3º e último ano do Ciclo avaliativo). Divulgação dos resultados. Encaminhamento dos resultados às Coordenações de Cursos para análise e elaboração de plano de melhorias conjuntamente com os respectivos NDEs (Avaliação de Curso). Aplicação do formulário de consulta *on-line* (questões objetivas e abertas) em toda comunidade acadêmica – Avaliação Institucional Geral (Conclusiva do Ciclo).

Agosto a novembro 2023: Acompanhamento dos objetivos, metas e ações do PDI. Análise dos resultados levantados. Análise comparativa de dados referentes a 2021, 2022 e 2023 e sua consolidação para inclusão no Relatório Integral do ciclo avaliativo (2021-2023). Realização da Avaliação Docente/Tutor por Unidade Curricular/Módulo 2023/2 - referente ao 2º semestre de 2023. Consolidação e análise das questões *on-line* respondidas pela comunidade acadêmica.

- **Dezembro de 2023:** Divulgação dos dados da Avaliação Docente/Tutor por Unidade Curricular/Módulo 2023/2 junto à comunidade acadêmica. Encaminhamento dos resultados às Coordenações de Cursos para análise e elaboração de plano de melhorias conjuntamente com os respectivos NDEs (Avaliação de Curso). Complementação e Revisão do Relatório Integral – Ciclo 2021-2023 e seu encaminhamento à PREPE do IMEPAC Araguari. Divulgação dos resultados da autoavaliação à comunidade acadêmica. Planejamento da realização do Seminário de Meta-Avaliação.

- **Fevereiro a março 2024:** Realização da Meta-Avaliação. Revisão e inserção do Relatório Integral – Ciclo 2021/2023 no sistema e-MEC.

8. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ARRUDA, J. R. C. **Políticas e indicadores na educação superior**. Rio de Janeiro: Quallitymark/Dunya, 1997.

BOTOMÉ, S. P. **Pesquisa alienada e ensino alienante**: o equívoco da extensão universitária. Petrópolis: Vozes, 1996.

BRASIL. **Lei nº 9.394. 20 dez. 1996**. Encarte Extra-Classe 83 do SINPRO-MG, Belo Horizonte, maio 1997. 33p.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Secretaria da Educação Superior. **Avaliação Institucional das universidades brasileiras**. Brasília: SESU, 1994.

BRASIL. **Decreto nº 3.860. 11 jul. 2001.** Regulamenta o Sistema Federal de Ensino. Legislação e Jurisprudência (apostila) das Edições Técnicas de Administração Universitária. In: CURSO DE REGISTRO ACADÊMICO. VII. Belo Horizonte: 2001, 215 p.

DIAS SOBRINHO, J.; BALZAN, N. C. (Org.). **Avaliação Institucional**: teoria e experiências. São Paulo: Cortez, 1995.

BRASIL, **Lei n° 10.861**, de 14 de abril de 2004.

CARVALHO, Késcia Maria de. Avaliação Institucional: regulação ou ferramenta de gestão acadêmica? Dissertação de Mestrado, FEAD, Belo Horizonte, 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Diretrizes para a Avaliação do Ensino Superior**. Brasília: MEC/Inep, 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliaçãodas Instituições**. Brasília: MEC/Inep, 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Proposta de dimensões para avaliação de cursos superiores**. Brasília: INEP/MEC, 2001.

JULIATTO, C. I. **A busca da excelência acadêmica nas instituições de ensino superior por meio da avaliação**. In: Revista Iglu, n.1. out. 1991.

NAVAJAS, Ana Maria. **Avaliação Institucional: uma visão crítica.** São Paulo: Unimarco Editora: 1998.

PETERSON, Marvim W. e MACHADO DE SOUZA, Eda L. B. (org.) **Avaliação institucional.** Brasília: Universidade de Brasília: 1999.

SILVA JUNIOR, J. R. **Novas faces da educação superior no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.

SINAES. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior brasileira**. Comissão Especial de Avaliação. Brasília: 2003.

SOBRINHO, José Dias. **Avaliação da educação superior.** Petrópolis: Vozes, 2000.

STARK, Joan S; MACHADO DE SOUZA, Eda L. B. (org.) e MACHADO DE SOUZA, Edson. **Avaliação em instituições de ensino superior.** Brasília: Universidade de Brasília: 1998.

TRIGUEIRO, Michelangelo G. Santoro. **A Avaliação Institucional nas Universidades Brasileiras: Diagnóstico e Perspectivas**. In: REUNIÃO PLENÁRIA DO CRUB, 63. Fortaleza: 1998.

UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA. **Programa de Avaliação Institucional da Universidade Metodista de Piracicaba**. Piracicaba, São Paulo: UIMEP, 2000.

VIANNA, H. M. **Avaliação educacional e o avaliador**. São Paulo: IBRASA, 2000.